CONCEITOS, ESTRATÉGIAS, TECNOLOGIAS

Rumo à educação inclusiva



Rita de Cássia Soares Duque
Paulo Henrique Filho
Fernando Luiz Cas de Oliveira Filho
Ana Lúcia Gomes Maravalhas
Tiago Fernando Hansel
Alexssander Gonçalves de Lima
Rosidelma Pereira Fraga
Moema de Souza Esmeraldo
Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira
ORGANIZADORES

Editora

CONCEITOS, ESTRATÉGIAS, TECNOLOGIAS

Rumo à educação inclusiva



Rita de Cássia Soares Duque
Paulo Henrique Filho
Fernando Luiz Cas de Oliveira Filho
Ana Lúcia Gomes Maravalhas
Tiago Fernando Hansel
Alexssander Gonçalves de Lima
Rosidelma Pereira Fraga
Moema de Souza Esmeraldo
Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira
ORGANIZADORES

Editora

Rita de Cássia Soares Duque
Paulo Henrique Filho
Fernando Luiz Cas de Oliveira Filho
Ana Lúcia Gomes Maravalhas
Tiago Fernando Hansel
Alexssander Gonçalves de Lima
Rosidelma Pereira Fraga
Moema de Souza Esmeraldo
Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira
ORGANIZADORES

Conceitos, Estratégias, Tecnologias: Rumo à Educação Inclusiva



Diretora - Barbara Aline F. Assunção
Produção Gráfica - Editora Aluz
Capa - Editora Aluz
Diagramação - Editora Aluz
Revisão Técnica - Karoline Assunção
Apoio Técnico - Fernando Mancini
Jornalista Grupo Editorial Aluz - Barbara Aline F. Assunção, MTB 0091284/SP
Bibliotecária Responsável- Sueli Costa, CRB-8/5213

CARO LEITOR,
Queremos saber sua opinião sobre nossos livros.
Após a leitura, siga-nos no Instagram @revistarcmos e visite-nos no site www.aluzciencia.online

Copyright © 2023 by Rita de Cássia Soares Duque; Paulo Henrique Filho; Fernando Luiz Cas de Oliveira Filho; Ana Lúcia Gomes Maravalhas; Tiago Fernando Hansel; Alexssander Gonçalves de Lima; Rosidelma Pereira Fraga; Moema de Souza Esmeraldo; Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira; (Org.)

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Aluz

MATRIZ - Tv. Dona Paula, 13. Higienópolis.
01239-050 -São Paulo – SP
FILIAL - Rua Benedito Carlixto, 143, Térreo, Centro
Mongaguá-SP.
Telefone: (11) 97228-7607
www.aluzciencia.online
instagram.com/revistarcmos

Conselho Editorial
Dr. Maurício Antônio de Araújo Gomes. Massachusetts, Estados Unidos.
Dr. José Crisólogo de Sales Silva. São Paulo, Brasil.
Dr. Jorge Adrihan N. Moraes. Rio de Janeiro, Brasil.
Dr. Eduardo Gomes da Silva Filho. Roraima, Brasil.
Dra. Ivanise Nazaré Mendes. Rondônia, Brasil.
Dra. Maria Cristina Sagário Minas Gerais, Brasil
Dr. Ivanildo do Amaral. Assunção, Paraguai.
Dr. Luiz Cláudio Gonçalves Júnior. São Paulo, Brasil.
Dr. Maurício Diascâneo - Espírito Santo, Brasil.
Dr. Geisse Martins. Flórida Estados Unidos.
Dr. Cyro Masci. São Paulo, Brasil.
Dr. André Rosalem Signorelli. Espírito Santo, Brasil.
Me. Carlos Alberto S. Júnior. Ceará, Brasil.
Me. Michel Alves da Cruz. São Paulo – Brasil.
Me. Paulo Maia. Pará, Brasil.
Me. Hugo Silva Ferreira. Minas Gerais, Brasil.
Me. Walmir Fernandes Pereira. São Paulo, Brasil.
Profa. Esp. Solange Barreto Chaves. Bahia, Brasil
REVISORES
Guilherme Bonfim. São Paulo, Brasil.
Felipe Lazari. São Paulo, Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Conceitos, Estratégias, Tecnologias: Rumo à Educação Inclusiva 1. Ed – São Paulo: EBPCA - Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2023.
96p.
ISBN: 978-65-981355-2-2
DOI: 10.51473/ed.al.cet
1. Estratégias 2. Educação a 3Tecnologias I. **Rita de Cássia Soares Duque; Paulo Henrique Filho; Fernando Luiz Cas de Oliveira Filho; Ana Lúcia Gomes Maravalhas; Tiago Fernando Hansel; Alexssander Gonçalves de Lima; Rosidelma Pereira Fraga; Moema de Souza Esmeraldo; Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira; (Org.)** iIII. Título
CDD-378

Índices para catálogo sistemático:
1. Educação

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.



APRESENTAÇÃO

CARO LEITOR E AMANTES DA INCLUSÃO!

Estou verdadeiramente emocionado em ter a oportunidade de compartilhar com vocês este guia especial, que se revela como uma preciosa chave para desvendar os segredos intrincados e vitais da educação inclusiva e especial. Vamos juntos, mergulhar nas páginas, desbravando capítulo por capítulo, como exploradores destemidos, em busca dos caminhos que conduzem a uma educação que não apenas acolhe, mas também transforma de maneira profunda e significativa. Este livro é mais do que um guia, é um convite para uma jornada repleta de descobertas e aprendizados que nos levará a uma nova compreensão sobre como tornar a educação um ambiente verdadeiramente acolhedor e eficaz para todos.

No limiar do primeiro capítulo, nos prepararemos para uma imersão nos alicerces fundamentais da educação especial e inclusiva. Como arqueólogos do conhecimento, escavaremos os estratos históricos e filosóficos que compõem o solo fértil dessas abordagens educacionais. Iremos discernir o que as tornam valiosas e, ao mesmo tempo, como suas raízes se entrelaçam harmoniosamente, dando forma a um cenário educacional que é genuinamente inclusivo. Desde as definições elaboradas até a trajetória evolutiva que culmina no presente, passando pelos desafios enfrentados e os inúmeros benefícios colhidos, nosso propósito é desvelar as nuances que, como fios invisíveis, tecem a trama do nosso percurso. Cada página será uma jornada de descobertas, um convite à reflexão e uma oportunidade de compreender de forma mais profunda o poder transformador e inclusivo da educação.

Ao cruzarmos o limiar do segundo capítulo, seremos transportados para o universo das salas de recursos multifuncionais (SRM). Aqui, a aprendizagem transcende os limites convencionais e se transforma em uma jornada mágica e totalmente personalizada, capaz de encantar e empolgar a cada

estudante. Vamos explorar minuciosamente a conceituação e a estrutura que tornam a SRM um espaço tão singular e transformador. Além disso, vamos desvendar o papel que o professor desempenha nesse ambiente, guiando e inspirando cada passo do processo educacional. E como guias nesse universo, vamos juntos mergulhar em exemplos práticos de atividades que não apenas ensinam, mas também cativam e inspiram, garantindo que cada aluno encontre um caminho de aprendizado que ressoe com sua singularidade e potencial. É uma oportunidade emocionante de descobrir como a magia da educação pode florescer e prosperar em um espaço tão especial como a sala de recursos multifuncionais. Prepare-se para uma jornada de aprendizado inesquecível!

Ao ingressarmos no terceiro capítulo, seremos guiados por um feixe de luz em direção ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma ferramenta poderosa que se ergue como uma ponte para a inclusão plena. Nesta etapa, desvendaremos os objetivos intrínsecos ao AEE, compreendendo como esta ferramenta é habilmente forjada para superar barreiras e proporcionar oportunidades equitativas de aprendizado. Exploraremos, ainda, as estratégias que enriquecem a experiência educacional, promovendo uma sinergia harmoniosa entre o AEE e a sala de aula regular. É aqui que a inclusão não é apenas uma meta, mas uma realidade viva e pulsante.

No coração deste capítulo, também desvendaremos os segredos que residem na formação e capacitação dos profissionais dedicados ao AEE. Revelaremos os pilares fundamentais que sustentam um suporte excepcional, tornando possível a materialização de um ambiente educacional onde cada estudante, independentemente de suas características, encontra não apenas espaço, mas também as ferramentas necessárias para florescer e atingir seu pleno potencial.

Prepare-se para uma jornada de descobertas, onde a inclusão se torna não apenas uma palavra, mas um poderoso meio de transformação para todos os envolvidos. Este capítulo é uma ode à capacidade humana de criar espaços de aprendizado verdadeiramente inclusivos e enriquecedores.



No derradeiro e enriquecedor quarto capítulo, estaremos diante de uma encruzilhada para o futuro da educação inclusiva. Juntos, embarcaremos em uma exploração para delinear um caminho que não apenas aprimore, mas revolucione a prática inclusiva. Vamos sondar as atuais nuances do cenário de inclusão no Brasil, compreendendo não apenas os progressos conquistados, mas os desafios que persistem, em uma análise que fundamentará nossas futuras ações.

Da formação continuada dos educadores ao uso inovador da tecnologia como uma ferramenta de potencialização do aprendizado, cada aspecto será minuciosamente abordado. Vamos desbravar as fronteiras da inovação educacional, explorando como a tecnologia pode ser uma aliada na promoção de uma educação inclusiva e acessível para todos os alunos.

Além disso, examinaremos o papel crucial das políticas públicas na promoção da inclusão. Vamos avaliar como estratégias governamentais podem ser moldadas de forma a fomentar uma cultura inclusiva na comunidade escolar e na sociedade como um todo. Será uma jornada de reflexão profunda, onde vislumbraremos não apenas as potencialidades, mas também os desafios a serem enfrentados para que a inclusão se torne uma realidade vibrante e transformadora.

Neste capítulo, não estamos apenas traçando um caminho, estamos esboçando um manifesto de compromisso com uma educação que não apenas inclui, mas também capacita e inspira. Juntos, seremos os arquitetos de uma transformação duradoura na maneira como encaramos e implementamos a inclusão na educação brasileira. É uma jornada que culminará não apenas em um final de capítulo, mas no início de um novo paradigma na educação inclusiva no nosso país.

Estou ansioso para compartilhar essa jornada de aprendizado e transformação com vocês. Que este livro seja uma fonte de inspiração e um convite para aprimorar a educação de forma inclusiva e especial.

Com gratidão e entusiasmo desejo a vocês uma leitura inspiradora.

Cordialmente, Paulo Henrique Filho

PREFÁCIO

Embarque conosco em uma jornada de descoberta e transformação, onde desvendaremos os mistérios e maravilhas da Educação Especial e Inclusiva. Este livro é um convite para explorar novos horizontes, desafiar preconceitos e abrir caminhos para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Nas próximas páginas, você será apresentado a conceitos inovadores e perspectivas revolucionárias que estão redefinindo o campo da educação. Palavras como "acessibilidade", "inclusão" e "diversidade" ganharão novos significados à medida que mergulhamos nas profundezas da Educação Especial e Inclusiva.

Esta obra é mais do que uma análise teórica; é um manifesto para a mudança. Nosso objetivo não é apenas informar, mas inspirar. Queremos mostrar que a Educação Inclusiva não é uma ideia abstrata, mas uma realidade tangível que pode ser alcançada por meio da compreensão, do compromisso e da ação.

Ao longo desta jornada, vamos desafiar as noções tradicionais de "normalidade" e celebrar a riqueza da diversidade humana. Vamos explorar como a Educação Especial e Inclusiva pode transformar vidas, empoderando indivíduos e construindo comunidades mais fortes e inclusivas.

Então, prepare-se para embarcar neste universo de descoberta. Esperamos que este livro não apenas ilumine seu entendimento, mas acenda uma faísca de paixão pela causa da educação inclusiva. Porque acreditamos que, quando se trata de aprender, não deve haver limites - apenas possibilidades.

SUMÁRIO

Capítulo 1: FUNDAMENTANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSIVA: DIFERENÇAS E CONVERGÊNCIAS.....11
DOI: 10.51473/ed.al.cet1
Ana Lúcia Gomes Maravalhas; Leci Lessa de Carvalho; Jusenir Batista Montalvão; Valquíria Rodrigues Dias; Êmerson Tavares Lima; Érlia Maria de Sousa Silva Nascimento; Simone Giacomolli Turíbio; Berta Fabiana Rezende Pavão Rech; Ana Paula Gois

Capítulo 2: INCLUSÃO EDUCACIONAL AMPLIADA: A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO ESTRATÉGIA VITAL.....33
DOI: 10.51473/ed.al.cet2
Rita de Cássia Soares Duque; Cássia Rozária da Silva Souza; Adriana Peres de Barros; Danyelli Baptista da Silva; Adão Martins da Rocha; Dilaine de Souza Ferreira Ribeiro; Raquel Rocha Drews Valadares; Ana Marcia Carmo Duarte Almeida; Carla Andressa Santos Muniz

Capítulo 3: POTENCIALIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM FO CO.....51
DOI: 10.51473/ed.al.cet3
Fernando Luiz Cas de Oliveira Filho; Tiago Fernando Hansel; Marciel Alan Freitas de Castro; Maria da Glória Alves Pereira; Maria Aparecida da Silva Oliveira; Maria Cecília Generoso Da Silva; Daiane Cristina da Silva; Marilza Mendes Castro da Nóbrega; Elza Ribeiro de Souza

Capítulo 4: TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA UMA INCLUSÃO EFETIVA.....65
DOI: 10.51473/ed.al.cet4
Paulo Henrique Filho; Tiago Fernando Hansel; Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira; Selmiléia Franciane de Andrade; Andréia Cristiane Cuesta Alves; Élida Maria de Sousa Silva; Jeronima Rodrigues da Silva; Evódia Damasceno Romão; Luciana de Sousa Santos

Capítulo 5: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS.....81
DOI: 10.51473/ed.al.cet5
Sueli Aparecida da Silva Cunha; Rosidelma Pereira Fraga; Moema Esmeraldo



CAPÍTULO 1
FUNDAMENTANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSIVA: DIFERENÇAS E CONVERGÊNCIAS

Ana Lúcia Gomes Maravalhas
https://orcid.org/0009-0008-0000-1499

Leci Lessa de Carvalho
https://orcid.org/0000- 0002- 74603811

Jusenir Batista Montalvão
https://orcid.org/0009-0006-1553-375X

Valquíria Rodrigues Dias
https://orcid org/0009-0007-0845-4997

Êmerson Tavares Lima
https://orcid.org/0009-0007- 6582-486X

Érlia Maria de Sousa Silva Nascimento
https://orcid.org/0009-0007-9464-9298

Simone Giacomolli Turíbio
https://orcid.org/0009-0004-7256-4160

Berta Fabiana Rezende Pavão Rech
https://orcid.org/0009-0000-5012-2151

Ana Paula Gois
https://orcid.org/0009-0000-3825-1583

INTRODUÇÃO

A compreensão aprofundada dos fundamentos da Educação Especial e Inclusiva é essencial para a efetivação de um sistema educacional que transcenda barreiras e proporcione igualdade de oportunidades a todos os estudantes. Este tema é central no panorama educacional contemporâneo, uma vez que a diversidade de necessidades e características individuais dos alunos demanda abordagens pedagógicas e políticas educacionais sensíveis e inclusivas.

A promoção de uma educação equitativa e inclusiva não se restringe apenas à garantia de acesso físico aos espaços educacionais, mas engloba também a criação de um ambiente acolhedor e adaptado, capaz de atender às demandas específicas de cada aluno. Dessa forma, o presente capítulo visa não apenas abordar teoricamente os conceitos e evoluções históricas da Educação Especial e Inclusiva, mas também proporcionar insights práticos para a implementação eficaz dessas abordagens no contexto educacional atual.

O objetivo deste capítulo é fornecer uma compreensão abrangente dos conceitos e evoluções históricas que norteiam a Educação Especial e Inclusiva. Além disso, busca-se analisar as diferenças-chave entre essas abordagens, assim como explorar os desafios e benefícios inerentes a cada uma delas. Dessa forma, busca-se contribuir para um embasamento teórico sólido e informado, que possibilite a implementação eficaz de práticas inclusivas nas instituições educacionais.

A presente seção propõe uma explanação acerca dos desdobramentos históricos e conceituais que permeiam os domínios da Educação Especial e Inclusiva. Tal empreendimento é crucial para a construção de um arcabouço teórico que não apenas contextualiza, mas propicie uma compreensão crítica dessas abordagens educacionais. Nesse sentido, busca-se traçar uma análise que transcenda a superfície, adentrando em aspectos multifacetados, que têm moldado a maneira como concebemos e implementamos políticas e práticas inclusivas no cenário educacional contemporâneo.



O escopo desta abordagem não se restringe à exposição de definições e marcos históricos, mas se estende à investigação das diferenciações fundamentais entre a Educação Especial e Inclusiva. Este delineamento conceitual se pauta na premissa de que uma compreensão perspicaz dessas nuances é imperativa para uma aplicação informada e eficaz de estratégias pedagógicas inclusivas. Além disso, almeja-se discorrer sobre os desafios inerentes a cada uma dessas abordagens, bem como os benefícios que podem ser colhidos quando tais desafios são enfrentados de maneira proativa e informada.

Por conseguinte, este capítulo se consolida como um ponto de partida substancial para a construção de um entendimento sólido e contextualizado acerca das práticas e políticas que promovem a inclusão efetiva na educação. Sua relevância transcende o âmbito teórico, reverberando na esfera prática, enquanto oferece subsídios críticos para a formulação e implementação de estratégias inclusivas capazes de atender à diversidade de necessidades e características dos alunos. Nesse sentido, convida-se o leitor a prosseguir nesta jornada, uma vez que os capítulos subsequentes expandirão ainda mais esse entendimento, proporcionando uma visão panorâmica e aprofundada das complexidades e nuances da prática inclusiva na educação contemporânea.

A pesquisa empreendida neste capítulo se fundamenta em uma abordagem de revisão bibliográfica sistemática. A seleção criteriosa de autores brasileiros reconhecidos no campo da Educação Especial e Inclusiva proporcionou um arcabouço teórico sólido e atualizado. A análise e síntese das obras selecionadas permitiu uma compreensão das definições, históricos e nuances de ambas as abordagens. A confrontação das perspectivas dos autores propiciou uma visão das convergências e divergências entre a Educação Especial e Inclusiva. A utilização de fontes atualizadas e referenciadas contribui para a validação da abordagem adotada neste capítulo.

Este capítulo explora os fundamentos da Educação Especial e Inclusiva, analisando suas definições, evoluções históricas e distinções essenciais. Começamos com uma

exploração da Educação Especial, enfatizando seu papel no atendimento específico a alunos com diversas formas de deficiência e transtorno. Em seguida, adentramos no contexto da Educação Inclusiva, que vai além da integração física, almejando a criação de ambientes acessíveis e acolhedores.

A análise das distinções entre as abordagens da Educação Especial e Inclusiva é um elemento-chave deste capítulo. Esta análise permite uma compreensão das características intrínsecas de cada perspectiva, capacitando os profissionais da educação a adotar abordagens pedagógicas e estratégias de suporte de maneira mais informada e eficaz.

Além disso, este capítulo também aborda os desafios e benefícios inerentes de ambas as abordagens. Cada uma dessas perspectivas educacionais apresenta méritos distintos, ao mesmo tempo em que se depara com suas próprias complexidades e dificuldades. Portanto, torna-se imperativo levar em consideração as particularidades e os contextos individuais de cada aluno ao implementar essas abordagens.

Em suma, este capítulo fornece uma visão abrangente das práticas e políticas que promovem a inclusão efetiva na educação. Ele serve como um guia para a compreensão da dinâmica e complexidade das políticas e práticas inclusivas, fornecendo uma base sólida para a avaliação e o aprimoramento contínuo dessas iniciativas no contexto educacional.

Convidamos o leitor a prosseguir na leitura dos capítulos subsequentes, que expandirão ainda mais nosso entendimento sobre as práticas que promovem a inclusão efetiva na educação. Juntos, podemos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial.

DESENVOLVIMENTO

1.1 Definição de Educação Especial

A Educação Especial é um farol de esperança no vasto oceano do sistema educacional, dedicada a iluminar o caminho para alunos com diferentes tipos de deficiências, sejam estas



físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais. Como Fávero (2010) destaca, a Educação Especial é o escudo que protege o direito inalienável de todos os estudantes ao conhecimento, permitindo que eles desabrochem em todo o seu potencial.

A Educação Especial, como campo de estudo e prática educativa, ocupa uma posição de destaque e relevância incontestáveis no panorama educacional contemporâneo. Seu escopo abraça a missão primordial de atender às necessidades individuais de estudantes que apresentam uma diversidade de deficiências, englobando variadas dimensões, tais como as de ordem física, intelectual, sensorial e emocional. Como atesta Fávero (2010), o cerne dessa abordagem é a garantia de acesso irrestrito ao saber e o pleno desdobramento das potencialidades de todos os estudantes, independentemente das limitações que possam eventualmente apresentar.

Nesse contexto, a Educação Especial emerge como um pilar na promoção da equidade educacional, exercendo um papel mitigador das disparidades que podem se apresentar entre os estudantes. Ela se constitui como uma estrutura que provê a cada indivíduo o suporte necessário para seu desenvolvimento integral, considerando suas demandas específicas.

A compreensão desta área de conhecimento transcende a mera adaptação às necessidades dos alunos, transformando-se em um agente de transformação social, contribuindo de maneira substancial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso se concretiza por meio do fomento ao acesso equitativo à educação, conferindo a cada indivíduo, independentemente de suas características, a oportunidade de participar ativamente e de forma plena no processo educativo.

Dessa maneira, a Educação Especial não apenas atende às demandas imediatas dos estudantes, mas também propicia um caminho para a redução das desigualdades e para a consolidação de uma sociedade mais inclusiva e socialmente justa.

1.2 Histórico e Evolução da Educação Especial

Ao longo dos anos, a Educação Especial passou por transformações, refletindo a evolução das perspectivas sociais

e pedagógicas. No cenário brasileiro, o movimento inclusivo ganhou destaque a partir da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a adesão à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, conforme Sassaki (2014).

Adicionalmente, a adesão à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) consolidou o compromisso do Brasil com os princípios e diretrizes internacionais que preconizam a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades e peculiaridades.

A ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU) representa um marco paradigmático na consolidação do compromisso do Brasil com os princípios internacionais que orientam a inclusão educacional e social de indivíduos com necessidades específicas. Este instrumento normativo internacional, adotado em 2006, estabelece um conjunto de normas e padrões, pautados na perspectiva dos direitos humanos, voltados para a plena participação e inclusão das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da vida social, incluindo, de maneira substancial, o acesso irrestrito à educação.

Ao ratificar a Convenção, o Brasil endossa um compromisso jurídico e ético em promover a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades, configurando-se como um imperativo no contexto das políticas e práticas inclusivas no âmbito nacional. Portanto, a análise da adesão e implementação desta Convenção constitui-se como um elemento para a compreensão da inserção e alinhamento do Brasil no contexto global das políticas de inclusão e direitos humanos.

A análise meticulosa desses marcos normativos e sua repercussão na progressão da Educação Especial emerge como um imperativo intelectual e acadêmico inescusável para uma apreensão substancial e contextualizada da presente conformação das políticas e estratégias inclusivas no âmbito do sistema educacional brasileiro.



Tal empreendimento investigativo não apenas contribui para a elucidação do contexto histórico e legal que moldou as atuais práticas de inclusão, mas também provê uma visão crítica e informada sobre os avanços e desafios enfrentados no processo de efetivação da inclusão educacional. Dessa forma, a consideração desses marcos normativos consolida-se como uma etapa necessária na compreensão da dinâmica e complexidade das políticas e práticas inclusivas, facultando uma base sólida para a avaliação e aprimoramento contínuo dessas iniciativas no contexto educacional brasileiro.

1.3 Definição de Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva transcende a integração física, almejando criar ambientes educacionais acessíveis e acolhedores para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Aranha (2018) destaca que a inclusão pressupõe uma abordagem pedagógica que reconhece a diversidade como um valor e um direito de todos os indivíduos.

A Educação Inclusiva, como perspectiva paradigmática, transcende a noção limitada de integração física, visando estabelecer ambientes educacionais que se destacam pela autenticidade de sua acessibilidade e pelo acolhimento indiscriminado de todos os estudantes, independentemente das singularidades que possam apresentar. Sob essa perspectiva, a inclusão não se limita à simples convivência física, mas engloba uma visão mais abrangente de um ambiente educacional que seja acessível e propício para cada indivíduo, proporcionando um ambiente de aprendizado equitativo e enriquecedor.

Aranha (2018) afirma que a inclusão pressupõe uma orientação pedagógica que, em sua essência, reconhece e celebra a diversidade como um valor intrínseco e um direito inalienável de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Essa abordagem não apenas favorece a pluralidade de experiências e perspectivas, mas também nutre um ambiente que se revela propício ao florescimento pleno das potencialidades de cada aluno, resultando em um ambiente educacional

mais enriquecedor e socialmente enraizado.

A concepção de inclusão, conforme Aranha (2018), implica uma postura pedagógica que, em sua essência, não apenas reconhece, mas também exalta a diversidade como um valor intrínseco e um direito inalienável de todos os agentes envolvidos no processo educativo. Esta perspectiva vai além da mera tolerância, advogando pela promoção ativa da pluralidade de experiências e perspectivas, com o intuito de proporcionar um ambiente educacional que se destaca pela sua capacidade de fomentar o pleno desenvolvimento das habilidades e potencialidades individuais de cada aluno.

Sob essa ótica, a inclusão não se limita ao aspecto numérico de presença, mas é um elemento qualitativo que permeia todo o processo educacional, estimulando uma cultura de respeito à diversidade e enriquecimento mútuo. Nesse contexto, o ambiente educacional não é apenas um espaço físico, mas se configura como um contexto social e culturalmente enraizado, no qual a troca de saberes e experiências entre os diversos atores contribuem para a construção de uma educação mais abrangente e socialmente integrada.

1.4 Histórico e Evolução da Educação Inclusiva

O marco histórico do movimento inclusivo foi a Declaração de Salamanca em 1994, que reforçou a necessidade de uma educação que atenda à diversidade de maneira efetiva e sem discriminações. No contexto brasileiro, a inclusão ganhou força com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, conforme observa Rodrigues (2015).

A Declaração de Salamanca, promulgada em 1994, representa um ponto de inflexão no movimento inclusivo global, ao endossar de maneira enfática a premissa de uma educação que, de forma efetiva, seja capaz de acolher a diversidade em seus diferentes matizes, sem recorrer a práticas discriminatórias. Este marco histórico delineou um paradigma educacional orientado para a valorização da pluralidade de capacidades e necessidades dos alunos, conferindo à inclusão um status



central na agenda educacional internacional.

No contexto brasileiro, o fortalecimento do movimento inclusivo foi substancialmente catalisado pela instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, como observado por Rodrigues (2015). Esta política representou um passo determinante na consolidação das bases normativas e estratégicas necessárias para a efetivação da inclusão educacional no Brasil. Ao adotar esta perspectiva, o país assumiu um compromisso explícito com a promoção de práticas educacionais que reconhecem e respondem às particularidades de cada aluno, independentemente de suas características individuais.

Portanto, a implementação desta política não apenas representou um avanço significativo na esfera das políticas educacionais, mas também refletiu o amadurecimento e a consolidação do compromisso brasileiro com os princípios inclusivos preconizados internacionalmente. Dessa forma, a observação de Rodrigues (2015) reforça a importância e o impacto substancial da implementação desta política no contexto educacional brasileiro. À medida que exploramos a evolução da Educação Inclusiva, é útil visualizar essa jornada em um formato que destaque os principais marcos e mudanças ao longo do tempo. Portanto, apresentamos a seguir um mapa temporal que ilustra a progressão histórica da Educação Inclusiva. Este mapa, ou infográfico fornece uma visão geral dos eventos significativos e das transformações que moldaram a Educação Inclusiva como a conhecemos hoje. Ele serve como uma ferramenta visual para entender melhor o desenvolvimento deste campo crucial da educação.



Figura: Marco Temporal da educação especial. Fonte: Duque, 2023.

1.5 Diferenças-chave entre Educação Especial e Educação Inclusiva

É imperativo compreender as distinções entre Educação Especial e Educação Inclusiva. Enquanto a primeira se concentra na oferta de serviços especializados para alunos com necessidades específicas, a segunda busca promover a participação plena e efetiva de todos os estudantes, sem exceção. Conforme observado por Barbosa (2016), a Educação Inclusiva implica em uma transformação nos processos educacionais, na cultura escolar e na formação de professores.

A compreensão das diferenciações entre os paradigmas da Educação Especial e Educação Inclusiva assume um caráter imperativo na formulação de políticas e práticas educacionais eficazes. A distinção entre os paradigmas da Educação Especial e Educação Inclusiva delineia uma dicotomia de abordagens educacionais que demanda uma análise minuciosa. A

Educação Especial se caracteriza por uma orientação que visa a oferecer atendimento individualizado e serviços especializados, primordialmente destinados a alunos com necessidades particulares, sejam elas de ordem física, cognitiva, sensorial ou emocional. Este enfoque é, em essência, uma resposta específica a demandas identificadas em estudantes que requerem suportes diferenciados para o pleno desenvolvimento de suas capacidades educacionais.

Por outro lado, a Educação Inclusiva se projeta em um espectro mais amplo e abrangente, almejando criar um ambiente educacional no qual todos os estudantes, sem exceção, possam participar de maneira ativa e efetiva. Ela transcende as barreiras físicas e programáticas, promovendo a igualdade de oportunidades e a participação plena de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Neste contexto, a inclusão não se restringe à mera coexistência de alunos diversos, mas se consolida como uma prática que repudia qualquer forma de exclusão, discriminação ou segregação.

A Educação Inclusiva não se limita a uma abordagem reativa às necessidades especiais, mas propõe uma transformação na concepção e na prática educativa, fomentando um ambiente que estimula a colaboração, a aprendizagem mútua e o respeito pela singularidade de cada estudante. É, portanto, uma abordagem que abraça a diversidade como um valor essencial, reconhecendo-a como um recurso enriquecedor para a formação e desenvolvimento de todos os estudantes.

Neste sentido, a Educação Inclusiva transcende a concepção de uma mera adaptação física e programática, constituindo-se em um modelo educacional que abraça a diversidade como um princípio norteador e que busca aprimorar continuamente suas práticas em prol da equidade educacional.

Consoante a observação de Barbosa (2016), a implementação da Educação Inclusiva engendra uma reformulação substancial nos processos educacionais, na dinâmica cultural da instituição escolar e no aprimoramento da formação docente. Esta perspectiva requer uma redefinição dos métodos pedagógicos, um comprometimento efetivo com a diversidade

de necessidades e uma contínua adaptação das estratégias de ensino para assegurar a participação ativa e significativa de todos os estudantes. Além disso, exige uma transformação na cultura escolar, de modo a fomentar um ambiente que promova a aceitação, o respeito e a colaboração entre os membros da comunidade educativa. Adicionalmente, implica uma formação docente mais sensível às demandas da inclusão, preparando os profissionais da educação para lidar com a diversidade de alunos em sala de aula.

A reflexão apresentada por Barbosa (2016) atesta a complexidade inerente e a profundidade das transformações requeridas para a concretização efetiva do paradigma da Educação Inclusiva. Ela evidencia que esse processo transcende a simples adequação de infraestruturas físicas, sendo, na verdade, uma empreitada que demanda uma reconfiguração abrangente e profunda tanto do ambiente educacional em si quanto das estratégias pedagógicas adotadas. Esta perspectiva ressalta a necessidade de uma abordagem holística na implementação da Educação Inclusiva, a qual abarca não somente modificações estruturais, mas também implicações pedagógicas, culturais e organizacionais de ampla envergadura.

Tal reconfiguração implica, por exemplo, na promoção de uma cultura escolar inclusiva, que promova a aceitação, o respeito e a valorização da diversidade entre os membros da comunidade educativa. Além disso, requer uma revisão crítica e reflexiva das práticas pedagógicas vigentes, visando a promover um ensino que seja acessível e significativo para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Demanda a implementação de estratégias de apoio e acompanhamento individualizado, de modo a atender às necessidades específicas de cada estudante de forma efetiva e equitativa.

Portanto, a consideração dessas dimensões sublinha a magnitude das mudanças necessárias para a concretização da Educação Inclusiva e a importância de uma abordagem integrada e multifacetada na busca pela efetividade desse modelo educacional.

1.6 Desafios e Benefícios de Ambas as Abordagens

Ambas as abordagens, Educação Especial e Educação Inclusiva, apresentam desafios e benefícios. A Educação Especial oferece suportes específicos para alunos com deficiências, proporcionando um atendimento mais individualizado. Porém, a segregação ainda pode ser uma preocupação. A Educação Inclusiva, por sua vez, promove um ambiente mais acolhedor e integrador, mas requer ações concretas para adaptar as práticas pedagógicas e a infraestrutura escolar, como ressalta Rodrigues (2015).

Ambas as abordagens, Educação Especial e Educação Inclusiva, ostentam uma gama de desafios e vantagens que merecem uma análise ponderada. A Educação Especial, por um lado, se destaca pela capacidade de prover suportes altamente específicos e personalizados a alunos que apresentam diferentes tipos de deficiências. Este enfoque minucioso e individualizado se traduz em intervenções educativas meticulosamente ajustadas às necessidades particulares de cada estudante. Todavia, é imperativo ressaltar que a prática da Educação Especial pode ainda suscitar inquietações quanto à possível segregação, uma vez que a oferta de serviços especializados pode, em alguns contextos, conduzir a uma diferenciação exacerbada e à separação dos alunos em categorias distintas. A implementação da Educação Especial não está isenta de desafios. A diversidade das necessidades dos alunos requer uma abordagem individualizada, o que pode ser difícil de alcançar em um sistema educacional projetado para a educação em massa. Além disso, a falta de recursos adequados e a falta de formação adequada para os professores são obstáculos comuns na implementação eficaz da Educação Especial (Smith; Tyler, 2010).

A imagem a seguir ilustra uma sala de aula inclusiva, onde alunos com diferentes tipos de deficiências estão engajados em atividades de aprendizagem com o uso de materiais diferenciados. Esta imagem destaca a diversidade dos alunos e a variedade de estratégias e recursos utilizados para atender

às suas necessidades individuais. Ela serve como um lembrete visual da importância da inclusão e da adaptação na educação, reforçando a ideia de que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, têm o direito de aprender e prosperar em um ambiente acolhedor e adaptativo.



Figura: sala de aula inclusiva. Fonte: Duque, 2023.



Figura: sala de aula inclusiva. Fonte: Duque, 2023.

A Educação Inclusiva, por outro lado, preconiza um ambiente educacional que se revela mais acolhedor, integrador e permeável à diversidade de alunos. Ao estabelecer um contexto no qual todos os estudantes são recebidos e participam plenamente, independentemente de suas características individuais, esta abordagem incute uma dinâmica que promove a valorização da pluralidade e a construção de uma cultura de respeito à diferença. No entanto, para que a Educação Inclusiva se concretize de forma eficaz, é imperativo empreender ações concretas que envolvem adaptações tanto nas práticas pedagógicas quanto na infraestrutura escolar. Como apontado por Rodrigues (2015), esta implementação bem-sucedida exige um engajamento ativo na revisão e na adaptação de estratégias educacionais, bem como na garantia de que a infraestrutura física e tecnológica da escola esteja devidamente alinhada com os princípios inclusivos.

A análise criteriosa dos desafios e vantagens inerentes tanto à Educação Especial quanto à Educação Inclusiva proporciona uma compreensão mais abrangente e matizada das responsabilidades e questões subjacentes à promoção da equidade e inclusão no panorama educacional contemporâneo.

Para facilitar a compreensão dos desafios e benefícios associados à Educação Especial e à Educação Inclusiva, apresentamos a seguir uma tabela comparativa. Esta tabela destaca os principais desafios enfrentados na implementação de cada abordagem, bem como os benefícios significativos que cada uma pode oferecer. Através desta análise comparativa, esperamos fornecer uma visão mais clara das complexidades e potencialidades inerentes a cada abordagem educacional.



Figura: Tabela comparativa. Fonte: Duque, 2023.

Este exame cuidadoso se revela essencial para uma tomada de decisão embasada, uma vez que oferece subsídios para a concepção de políticas e práticas educacionais que levem em consideração a diversidade de necessidades e características dos estudantes. Essa ponderação contribui para o aprimoramento das estratégias inclusivas, fornecendo um panorama das possibilidades e desafios inerentes.

Dessa maneira, a análise dos aspectos positivos e desafiadores das abordagens em questão é um componente para a construção de um ambiente educacional que atenda às demandas de todos os alunos, promovendo, assim, uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, exploramos os fundamentos da Educação Especial e Inclusiva, analisando suas definições, evoluções históricas e distinções essenciais. A compreensão desses conceitos é vital para a construção de ambientes educacionais que atendam às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Destacamos inicialmente a Educação Especial, enfatizando seu papel crucial no atendimento específico a alunos com diversas formas de deficiência. A evolução desse campo ao longo do tempo reflete não apenas mudanças nas práticas pedagógicas, mas também uma transformação nas perspectivas sociais e na legislação educacional.

Em seguida, adentramos no contexto da Educação Inclusiva, que vai além da integração física, almejando a criação de ambientes acessíveis e acolhedores. Reconhecemos a inclusão como um direito de todos os indivíduos e uma contribuição para a construção de uma sociedade mais justa.

Além disso, a análise das distinções fundamentais entre as abordagens da Educação Especial e Inclusiva, explicitando suas respectivas orientações na resposta às necessidades dos alunos, revela-se de primordial importância. Essa apreciação crítica permite uma compreensão mais profunda das características intrínsecas de cada perspectiva, capacitando os profissionais da educação a adotar abordagens pedagógicas e estratégias de suporte de maneira mais informada e eficaz. Essa diferenciação não apenas enriquece o repertório de ferramentas à disposição dos educadores, mas também facilita a adequação das práticas às demandas específicas de cada aluno, promovendo, por conseguinte, um ambiente educacional mais inclusivo, onde a diversidade de necessidades e potencialidades é plenamente atendida. Portanto, o aprofundamento na compreensão das distintas propostas da Educação Especial e Inclusiva se erige como um pilar essencial na promoção de práticas educacionais equitativas e eficazes.

Ao empreender uma análise dos desafios e benefícios



inerentes a ambas as abordagens, evidencia-se a inexistência de uma solução universalmente aplicável. Cada uma dessas perspectivas educacionais apresenta méritos distintos, ao mesmo tempo em que se depara com suas próprias complexidades e dificuldades. Nesse sentido, torna-se imperativo levar em consideração as particularidades e os contextos individuais de cada aluno, visto que tais elementos desempenham um papel preponderante na determinação da abordagem mais adequada. Esta consideração pormenorizada dos perfis e necessidades dos estudantes se revela como um fator crítico na tomada de decisões que visam a promover uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e personalizada.

Em síntese, a Educação Especial e Inclusiva se configuram como elementos na edificação de um sistema educacional que promove a inclusão e a equidade. Ao aprofundar nossa compreensão das sutilezas e convergências entre essas perspectivas educacionais, nos munimos de uma base sólida para a concepção e implementação de ambientes educacionais que abranjam de forma integral as distintas necessidades e singularidades dos alunos. Esta análise crítica e informada não apenas orienta a formulação de políticas e práticas educacionais mais alinhadas com os princípios de inclusão, mas também contribui para a criação de um contexto educacional que propicia, de maneira efetiva, o desenvolvimento pleno de cada estudante, reafirmando, assim, o compromisso com uma educação inclusiva, equitativa e de alta qualidade.

Convidamos o leitor a prosseguir na leitura, pois os capítulos subsequentes expandirão ainda mais o entendimento sobre as práticas e políticas que promovem a inclusão efetiva na educação. Juntos, podemos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: práticas pedagógicas para a diversidade na sala de aula. Editora Vozes. 2018.

BARBOSA, M. M. L. Políticas públicas de inclusão escolar: desafios e impasses. Editora Wak. 2016.
FÁVERO, E. A. Educação especial no Brasil: História e políticas públicas. Editora Átomo. 2010.
RODRIGUES, D. Educação inclusiva e práticas pedagógicas: reflexões e experiências contemporâneas. Editora CRV. 2015.
SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Editora WVA. 2014.



CAPÍTULO 2
INCLUSÃO EDUCACIONAL AMPLIADA: A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO ESTRATÉGIA VITAL

Rita de Cássia Soares Duque
https://orcid.org/0000-0002-5225-3603

Cássia Rozária da Silva Souza
https://orcid.org/0000-0001-9790-3713

Adriana Peres de Barros
https://orcid.org/0009-0006-7403-9110

Danyelli Baptista da Silva
https://orcid.org/0009-0001-2533-3122

Adão Martins da Rocha
https://orcid.org/0009-0009-7707-3383

Dilaine de Souza Ferreira Ribeiro
https://orcid.org/0009-0008-5801-353X

Raquel Rocha Drews Valadares
https://orcid.org/0009-0005-9153-4685

Ana Marcia Carmo Duarte Almeida
https://orcid.org/0009-0007-4123-6860

Carla Andressa Santos Muniz
https: //orcid.org/0009-0007-5112-2621

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa uma âncora essencial na evolução de sociedades que valorizam os preços democráticos e a igualdade. Neste contexto, um dos elementos chave para o envolvimento é a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), que é identificada como uma ferramenta primordial no apoio personalizado a alunos que apresentam necessidades educacionais especiais (NEE). Assim, a SRM posiciona-se como uma garantia de equidade, garantindo a todos um acesso digno e qualitativo ao ensino.

Ao longo deste texto, procuramos elucidar a vasta gama de componentes que fazem parte do SRM, englobando desde sua definição e objetivos, abrangendo sua organização física e a relevância dos educadores, até os impactos positivos e os obstáculos de sua concretização. Além disso, também destacamos a importância da SRM por meio de exemplos concretos de práticas pedagógicas adaptadas.

A estrutura deste conteúdo é delineada em segmentos que aprofundam individualmente cada um desses temas. Começamos esmiuçando a definição e os propósitos do SRM, para então debateremos sobre o ambiente e os instrumentos indispensáveis um SRM. Posteriormente, mergulhamos na função crucial dos docentes na SRM e nas vantagens e desafios da consolidação da SRM. Concluímos com a apresentação de exemplificações tangíveis de tarefas realizadas na SRM.

Ao finalizar esta leitura, nossa aspiração é que os leitores possam assimilar de maneira abrangente os fatores que integram a SRM e sua importância insubstituível no avanço da educação inclusiva. Conclamamos a todas as obrigações na leitura para descobrir as particularidades da aplicação efetiva do SRM em variados cenários educativos.

.

DESENVOLVIMENTO

2.1. Conceituação e Finalidade da SRM

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um marco significativo na estruturação da educação inclusiva. Concebida para prover suporte e complementação individualizado a estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), a SRM é um ambiente estratégico meticulosamente planejado e equipado com recursos adaptativos (BRASIL, 2008).

Os profissionais especializados em Necessidades Educacionais Especiais (NEE) que atuam na SRM utilizam sua expertise para desenvolver atividades pedagógicas customizadas, alinhadas às particularidades de cada aluno. Eles são essenciais para o cumprimento da função social da SRM e para a estruturação de propostas pedagógicas que valorizam as diferenças e a inclusão. Trabalhando em parceria com o educador da turma regular, esses profissionais facilitam o processo de aprendizagem e o acesso ao conhecimento para os estudantes (Dutra, 2012).

A abordagem vai além da mera mitigação de obstáculos que possam obstruir o processo de aprendizagem desses estudantes, buscando promover sua completa integração no ambiente escolar. A SRM materializa-se como um locus de potencial transformador, no qual se amalgamam esforços e recursos para propiciar um ambiente educacional inclusivo e enriquecedor. O seu papel transcende o ensino puramente acadêmico, sendo um catalisador na construção de cidadãos plenamente integrados e participativos na sociedade.

Além disso, a SRM é equipada com uma variedade de recursos tecnológicos e materiais didáticos que auxiliam no processo de aprendizagem. Isso inclui mesas e cadeiras; quadro branco; computadores; máquina de datilografia Braille; impressora Braille; Soroban; calculadora sonora; dominó em libras; esquema corporal; software de comunicação alternativa. Esses recursos permitem que os alunos busquem soluções para as tarefas de forma ativa, contribuindo com as demandas

do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola (Siqueira, 2018).

Os estudantes que frequentam a SRM são, prioritariamente, aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Mantoan. 2006). Além disso, a SRM tem sido fundamental na adaptação ao ensino híbrido e remoto, uma vez que permite a exploração de diferentes recursos tecnológicos que tornam as aulas mais ricas e atrativas para os estudantes (Miranda, 2021).

Por fim, é importante observar que a SRM é respaldada por uma série de marcos normativos que garantem os direitos de todos os alunos de estudarem nos mesmos ambientes de aprendizagem e de receberem o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Vale ressaltar que a SRM é um espaço que promove efetivamente a inclusão, colocando em prática os pilares da inclusão escolar como: acesso, participação plena no cotidiano escolar e permanência dos alunos com NEE (Batista, 2015).

2.2. Estrutura e Materiais Essenciais em uma SRM

A estrutura física de uma SRM deve ser meticulosamente planejada para atender às demandas variadas de alunos com diferentes tipos de NEE. A disposição de mobiliário, a presença de recursos de acessibilidade, como rampas e sinalizações táteis, e a diversidade de materiais pedagógicos adaptados são cruciais para o eficaz funcionamento desse ambiente. (MENDES, 2010).

A configuração física da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), conforme destacado por Mendes (2010), transcende a mera organização do espaço. Trata-se de um processo meticuloso e estrategicamente concebido, no qual a disposição do mobiliário e a integração de elementos de acessibilidade são considerações primordiais. Essa preocupação vai além do aspecto prático, adentrando o domínio da criação de um ambiente que propicie não apenas a adaptação, mas também a otimização das potencialidades educacionais dos alunos atendidos.

A integração de elementos como rampas e sinalizações táteis, por exemplo, não apenas visa garantir a acessibilidade física, mas também se traduz em um investimento na promoção da autonomia e independência dos alunos. Esses elementos proporcionam condições para que os estudantes possam transitar e interagir no ambiente da SRM de maneira fluida e segura, sem que as barreiras arquitetônicas limitem suas possibilidades de participação plena nas atividades propostas.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a sala de recursos multifuncionais deve ser equipada com materiais e recursos pedagógicos adequados às necessidades dos estudantes com deficiência. Dentre os materiais que podem ser encontrados nesse espaço, destacam-se: jogos pedagógicos adaptados, materiais manipulativos, livros em formatos acessíveis (como braille, áudio ou digital), computadores com programas específicos para acessibilidade, materiais de comunicação alternativa e ampliada, equipamentos de tecnologia assistiva, entre outros. Esses recursos são essenciais para promover a participação e o aprendizado dos estudantes com deficiência, garantindo a inclusão e a igualdade de oportunidades educacionais.

As imagens a seguir foram geradas pela inteligência artificial para ilustrar como deve ser uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) ideal, equipada com uma variedade de recursos e materiais para atender às necessidades dos alunos. No entanto, é importante notar que a realidade nas escolas pode ser diferente. Devido a várias limitações, incluindo restrições orçamentárias e falta de infraestrutura adequada, nem todas as SRMs podem estar equipadas dessa maneira. Isso destaca a necessidade contínua de investimentos e melhorias na educação inclusiva para garantir que todas as SRMs estejam adequadamente equipadas para atender às necessidades de todos os alunos.



Figura: SRM. Fonte: os autores (2023)



A disposição do mobiliário, por sua vez, não é uma mera questão de estética ou organização, mas um fator determinante para a dinâmica das atividades. Um arranjo cuidadosamente planejado pode facilitar a interação entre os alunos, proporcionar visibilidade adequada para todos e criar um ambiente propício para a aprendizagem colaborativa. Além disso, a disposição estratégica do mobiliário pode favorecer a circulação e a movimentação dos alunos, garantindo que todos tenham acesso aos recursos disponíveis na SRM.

Na realidade das escolas brasileiras, é comum que os professores da sala de recursos multifuncionais sejam responsáveis por criar materiais adaptados de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

Portanto, a configuração física da SRM é um componente essencial na promoção da inclusão educacional. Ao considerar detalhadamente a disposição do mobiliário e a incorporação de elementos de acessibilidade, não se está apenas otimizando o espaço, mas criando um ambiente que potencializa as oportunidades de aprendizagem e participação ativa de todos os alunos. Dessa forma, a SRM se consolida como um espaço estratégico e adaptado, onde cada aluno encontra condições ideais para seu desenvolvimento pleno.

A presença de materiais pedagógicos adaptados, como apontado pelo autor em referência, constitui um pilar fundamental na configuração física da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Esses recursos sob medida representam uma resposta precisa e necessária para atender às demandas variadas e específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). A adaptação desses materiais engloba uma diversidade de formatos, como textos em Braile, versões ampliadas, recursos audiovisuais e tecnologias assistivas, entre outros.

Essa prática vai muito além da mera customização de conteúdo. Ela se insere como um diferencial que promove a acessibilidade e a equidade no processo educacional, permitindo que os alunos com NEE tenham um acesso mais efetivo ao currículo escolar. Ao proporcionar materiais adaptados, a

SRM se configura como um ambiente que reconhece e valoriza a singularidade de cada aluno, oferecendo-lhes as condições necessárias para uma aprendizagem significativa e inclusiva.

Esses materiais não apenas suplementam o processo de ensino, mas também podem ser concebidos como uma extensão do próprio planejamento pedagógico, integrando-se de forma orgânica às práticas educativas. Eles servem como ferramentas facilitadoras que propiciam a construção do conhecimento de maneira mais acessível e individualizada. Dessa forma, os materiais pedagógicos adaptados desempenham um papel crucial na eficácia das práticas pedagógicas na SRM, atuando como catalisadores do processo de aprendizagem inclusiva.

Portanto, a presença e disponibilidade desses recursos na SRM não apenas corrobora o compromisso com a inclusão, mas também fortalece a concepção da sala como um ambiente que reconhece e respeita a diversidade de necessidades dos alunos. Através desses recursos, a SRM se configura como um espaço dinâmico e adaptável, capaz de proporcionar oportunidades educacionais equitativas e enriquecedoras para todos os estudantes atendidos.

Ao proporcionar uma gama diversificada de recursos adaptativos, a sala se consolida como um espaço propício à individualização do ensino e à promoção da inclusão plena de todos os estudantes. Portanto, a concepção física da SRM transcende a mera organização do ambiente, configurando-se como um elemento vital na materialização dos princípios inclusivos na educação.

2.3. O Papel do Professor de SRM

O papel do professor na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é crucial para a promoção da educação inclusiva. A formação desse profissional deve abranger tanto aspectos pedagógicos quanto conhecimentos específicos sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos atendidos. Além disso, o professor da SRM tem a responsabilidade



de adaptar materiais e estratégias de ensino, proporcionando uma experiência educativa significativa e acessível a todos (Oliveira; Pietro, 2020).

O professor da SRM tem um papel fundamental na organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e no planejamento individual para o aluno, atendendo às particularidades de cada um. De acordo com a Resolução de Nº 436/2012, o professor de AEE tem a função de "identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos e de acessibilidade que atenuem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas".

A formação e a atuação dos professores das SRM têm impactos substanciais na educação inclusiva. As mudanças implementadas no Brasil, relacionadas à Educação Inclusiva e ao AEE, têm efeitos substanciais na atuação dos professores em SRM, uma vez que passa a ser exigido o trabalho com todas as categorias do público-alvo da Educação Especial (Oliveira; Pietro, 2020).

Portanto, o papel do professor na SRM vai além da mera transmissão de conhecimento. Ele assume a responsabilidade de criar um ambiente propício para a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais. A formação abrangente e a capacidade adaptativa do professor são elementos cruciais para a efetiva inclusão de todos os estudantes e representam uma contribuição significativa para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária.

O professor que atua na SRM desempenha um papel fundamental na promoção da aprendizagem inclusiva. Sua formação deve contemplar tanto aspectos pedagógicos quanto conhecimentos específicos sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos atendidos. Além disso, é incumbência desse profissional a habilidade de adaptar materiais, metodologias e estratégias de ensino, proporcionando uma experiência educativa significativa e acessível a todos (SASSAKI, 1997).

O papel do professor que atua na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é de suma importância na efetivação de um ambiente educacional inclusivo e adaptado às necessidades individuais dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Como ressalta Sassaki (1997), a formação desse profissional deve abarcar não apenas os aspectos pedagógicos tradicionais, mas também englobar um arcabouço de conhecimentos específicos sobre as peculiaridades e demandas das NEE. Esse embasamento técnico é crucial para que o educador esteja apto a discernir as melhores estratégias de ensino e adaptação de materiais, promovendo, assim, uma experiência educativa verdadeiramente inclusiva.

Adicionalmente, o professor da SRM deve possuir a habilidade de flexibilizar sua prática pedagógica, adaptando métodos e recursos de ensino conforme as características e necessidades individuais dos alunos, objetivando proporcionar um ambiente educacional acessível e enriquecedor. Neste contexto, o professor assume o papel de agente facilitador do processo de aprendizagem, atuando como mediador entre o aluno, o conteúdo e os recursos pedagógicos (Souza, 2018).

A atuação do professor na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) representa um papel multifacetado e estratégico no contexto da educação inclusiva. Vai além da mera transmissão de conhecimento, demandando uma formação que abarque não apenas os aspectos pedagógicos tradicionais, mas também um arcabouço sólido de conhecimentos específicos sobre as necessidades educacionais especiais (NEE) dos alunos atendidos (Oliveira, 2019).

Essa formação abrangente constitui um dos pilares essenciais para o sucesso do processo educativo na SRM. Compreender as particularidades das NEE, conhecer estratégias pedagógicas adaptadas e estar atualizado sobre as tecnologias assistivas disponíveis são elementos cruciais para o professor desempenhar um papel efetivo na promoção da inclusão. Além disso, a capacidade adaptativa do professor se revela como uma competência-chave. Isso implica a habilidade



de flexibilizar sua prática pedagógica, adequando métodos, recursos e estratégias de ensino segundo as características e necessidades individuais dos alunos.

Ao adotar essa abordagem adaptativa, o professor se posiciona como um agente facilitador do processo de aprendizagem na SRM. Ele se torna um mediador habilidoso, capaz de ajustar suas práticas para atender às demandas específicas de cada aluno, promovendo assim uma educação inclusiva e equitativa. Além disso, ao valorizar e incorporar a diversidade de aprendizado dos alunos, o professor contribui para a construção de um ambiente educacional mais enriquecedor e acessível.

Portanto, a atuação do professor na SRM transcende o mero papel de instrutor, assumindo a responsabilidade de criar um ambiente propício para a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais. A formação abrangente e a capacidade adaptativa do professor são elementos cruciais para a efetiva inclusão de todos os estudantes, e representam uma contribuição significativa para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária.

2.4. Benefícios e Desafios da Implementação da SRM

A implementação de uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um catalisador para transformações significativas na comunidade escolar. Além de promover o progresso acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), a presença de uma SRM fomenta uma cultura inclusiva, respeito à diversidade e um ambiente educacional enriquecido pela pluralidade de experiências e habilidades.

No entanto, esse processo não é isento de desafios. Como destacado por Mendes (2003) e Ferreira (2017), é necessário investir na formação continuada dos profissionais envolvidos, capacitando-os para lidar de maneira competente e sensível com as demandas das NEE. Além disso, é

imprescindível assegurar a disponibilidade e a adequação de recursos materiais e pedagógicos na SRM, para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento pleno dos estudantes.

A conscientização de toda a comunidade escolar são elementos cruciais para a efetivação da inclusão, demandando esforços coordenados e um engajamento contínuo de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Os autores citados neste contexto convergem em seus estudos e contribuem para a compreensão abrangente da importância da SRM na educação inclusiva. Mendes (2003; 2006; 2010) enfoca a necessidade de um ambiente inclusivo na educação, destacando a SRM como um espaço estratégico para prover suporte individualizado a estudantes com NEE. Sua abordagem enfatiza a importância da formação dos profissionais envolvidos, a adaptação de materiais e estratégias pedagógicas e a organização física desse ambiente.

Sassaki (1997) contribui ao ressaltar a necessidade de uma formação abrangente para os professores que atuam na SRM, incluindo não apenas aspectos pedagógicos, mas também conhecimentos específicos sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos atendidos.

Ferreira (2017) aborda a educação inclusiva como um fenômeno que exige reflexão sobre as práticas pedagógicas. Ela destaca a importância de se promover uma cultura inclusiva e a valorização da diversidade no ambiente educacional.

Portanto, os autores se entrelaçam em uma abordagem que destaca a relevância da SRM como um espaço estratégico na promoção da inclusão educacional. Eles convergem ao salientar a importância da formação dos profissionais, a adaptação de materiais e estratégias, a organização física e a promoção de uma cultura inclusiva no ambiente escolar.

Dessa forma, suas contribuições enriquecem a compreensão do papel da SRM na educação inclusiva. A implementação da SRM representam um marco na promoção da inclusão educacional, entrelaçando os desafios inerentes a esse empreendimento com os benefícios que reverberam em toda a esfera escolar.

Tabela 1: Benefícios e Desafios da Implementação da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)

Benefícios da Implementação da SRM	Desafios da Implementação da SRM
Desenvolvimento acadêmico dos estudantes com NEE	Necessidade de formação continuada dos profissionais
Promoção de uma cultura inclusiva	Adequação de recursos materiais e pedagógicos
Valorização da diversidade no ambiente educacional	Conscientização e envolvimento de toda a comunidade escolar
Enriquecimento do ambiente educacional com experiências diversas	Necessidade de adaptação constante às mudanças nas necessidades dos alunos
Fomento ao respeito e à empatia entre os estudantes	Desafios na avaliação e acompanhamento do progresso dos alunos com NEE





Figura: Benefícios e desafios da implementação da SRM. Fonte: Os autores (2023)

2.5. Exemplos Práticos de Atividades em SRM

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um espaço estratégico que contribui para a promoção da aprendizagem inclusiva. A eficácia da SRM pode ser ilustrada através de exemplos concretos de atividades pedagógicas adaptadas, que são fundamentais para potencializar o aprendizado dos alunos atendidos na SRM.

Segundo Mendes (2018), a utilização de tecnologias

assistivas oferece uma vasta gama de recursos que podem ser personalizados segundo as necessidades individuais dos alunos, proporcionando maior acessibilidade e interatividade no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2020) destacam a importância da produção de material didático inclusivo e a aplicação de estratégias diferenciadas.

A produção de material didático inclusivo visa não apenas adequar os recursos às especificidades dos estudantes, mas fomentar a participação plena e eficaz de todos os envolvidos. Adicionalmente, a aplicação de estratégias diferenciadas permite que o professor adapte seu ensino de maneira a atender às necessidades específicas de cada aluno na SRM.

Ao destacar esses recursos, Mendes (2018) e as diretrizes do Ministério da Educação (BRASIL, 2020) enfatizam a importância da individualização do ensino na SRM. Ambos sublinham a necessidade de um ambiente educacional que ofereça suporte adaptativo e que promova a participação de todos os alunos, independentemente de suas necessidades.

Colaboração com a Família: A colaboração com as famílias dos alunos é fundamental para o sucesso da SRM. As famílias podem fornecer insights valiosos sobre as necessidades individuais dos alunos e podem apoiar a implementação de estratégias de aprendizagem em casa.

Formação Continuada: Além da formação inicial, é importante que os profissionais envolvidos na SRM tenham oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional. Isso pode incluir workshops, seminários, cursos de formação e oportunidades de aprendizagem colaborativa.

Avaliação e Feedback: A avaliação regular do progresso dos alunos e o feedback construtivo são essenciais para garantir que as estratégias de ensino estão sendo eficazes. Isso pode envolver a utilização de várias formas de avaliação, incluindo observações, testes e autoavaliações.

Tecnologia Assistiva: A tecnologia assistiva pode ser uma ferramenta poderosa na SRM. Isso pode incluir softwares educacionais especializados, dispositivos de comunicação



alternativa e adaptativa, e equipamentos adaptados para atender às necessidades físicas dos alunos.

Parcerias com Organizações Locais: Parcerias com organizações locais, como centros comunitários, bibliotecas e empresas, podem proporcionar oportunidades adicionais de aprendizagem e inclusão para os alunos.

Portanto, a exemplificação de atividades pedagógicas adaptadas é um elemento essencial na efetivação dessa abordagem. Ela demonstra tangivelmente como a SRM pode ser um espaço de aprendizagem inclusiva e eficaz para todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo se dedicou a uma análise abrangente da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) no contexto da educação inclusiva. Através das seções discutidas, foi possível compreender a centralidade desse espaço estratégico na promoção de uma educação que atenda às necessidades individuais de todos os estudantes.

Iniciamos com a conceituação e finalidade da SRM, destacando como esse ambiente surge como uma resposta efetiva para prover suporte individualizado a alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Discutimos a estrutura física meticulosamente planejada da SRM e como ela se configura como um espaço adaptado e acessível.

O papel do professor na SRM foi destacado como fundamental para o sucesso da aprendizagem inclusiva. Sua formação abrangente e contínua, contemplando aspectos pedagógicos e conhecimentos específicos sobre as NEE, é crucial para proporcionar uma experiência educativa significativa e acessível a todos os alunos atendidos na SRM.

Além disso, apresentamos exemplos práticos de atividades adaptadas que evidenciam a eficácia da SRM como espaço de aprendizagem inclusiva. A utilização de tecnologias assistivas, a produção de material didático inclusivo e a aplicação de estratégias diferenciadas representam recursos

valiosos para potencializar o aprendizado dos alunos na SRM.

No entanto, ao considerarmos a implementação da SRM, não podemos desconsiderar os desafios que se apresentam. A formação contínua dos profissionais, a adequação de recursos e a conscientização de toda a comunidade escolar emergem como aspectos cruciais a serem enfrentados para garantir o pleno funcionamento e eficácia desse espaço.

Em síntese, a SRM se posiciona como um pilar imprescindível na construção de uma educação inclusiva e igualitária. Sua concepção e implementação demandam um compromisso coletivo com a valorização da diversidade e a promoção do pleno desenvolvimento de todos os alunos.

Por meio da SRM, é possível trilhar o caminho rumo a uma educação verdadeiramente inclusiva, onde cada estudante encontra as condições ideais para aprender e prosperar.

Ao concluir este capítulo, esperamos ter proporcionado uma visão holística e embasada sobre o tema. Ao avançar para o próximo capítulo, convidamos o leitor a explorar as nuances da implementação prática da SRM em contextos educacionais diversos.

Juntos, iremos desvendar estratégias eficazes, superar obstáculos e contribuir para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos e acessíveis para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cláudia Mara de Melo Tavares; OLIVEIRA, Ana Paula de; SANTOS, Karina Soares. Sala de Recursos Multifuncionais: um espaço para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. In: Revista Brasileira de Educação Especial, v. 21, n. 1, p. 109-124, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva



da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Sala de Recursos Multifuncionais: Estratégias e Recursos Pedagógicos. Brasília, 2020.
DUTRA, Cláudia. Sala de Recursos Multifuncionais: Uma estratégia pedagógica inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2012.
FERREIRA, Marília. Educação Inclusiva: Uma Reflexão Sobre as Práticas Pedagógicas. Curitiba: Appris, 2017.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão Escolar: O que é? Por Quê? Como Fazer? 5ª ed. São Paulo: Summus, 2006.
MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão Escolar: Uma Questão a ser pensada. Curitiba: Appris, 2010.
MENDES, Enicéia Gonçalves. Sala de Recursos Multifuncionais na Escola Comum: Estratégias Pedagógicas e Organização do Espaço. Brasília: MEC, 2018.
MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, 15(44), 609-626, 2010.
MIRANDA, Daniela. Sala de Recursos Multifuncionais: Contribuições para o Ensino Remoto e Híbrido. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, n. 4, p. 715-730, 2021.
OLIVEIRA, Ana Paula da Silva. A atuação do professor na Sala de Recursos Multifuncionais: desafios e perspectivas. Revista Inclusão em Pauta, v. 5, n. 1, p. 53-68, 2019.
OLIVEIRA, A. A. S. DE.; PRIETO, R. G. Formação de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e Atuação com a Diversidade do Público-Alvo da Educação Especial,. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 2, p. 343–360, abr. 2020.
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos. 5ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
SIQUEIRA, Luciana Maria Malosá. Recursos didáticos para o Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: Editora Cortez, 2018.
SOUZA, Maria Aparecida Ferreira de. A atuação do professor

na sala de recursos multifuncionais: desafios e possibilidades. Revista Educação Especial em Foco, v. 8, n. 2, p. 45-60, 2018.



CAPÍTULO 3
POTENCIALIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM FOCO

Fernando Luiz Cas de Oliveira Filho
https://orcid.org/0000-0003-2284-2340

Tiago Fernando Hansel
https://orcid.org/0000-0002-9160-842X

Marciel Alan Freitas de Castro
https://orcid.org/0000-0003-3170-7626

Maria da Glória Alves Pereira
https://orcid.org/0009-0003-9817-7786

Maria Aparecida da Silva Oliveira
https://orcid.org/0009-0000-0307-7220

Maria Cecília Generoso Da Silva
https://orcid.org/0009-0001-5655-4833

Daiane Cristina da Silva
https://orcid.org/0009-0007-8716-6116

Marilza Mendes Castro da Nóbrega
https://orcid.org/0009-0006-3144-2970

Elza Ribeiro de Souza
https://orcid.org/0009-0007-8112-2534

INTRODUÇÃO

Este capítulo propõe-se a realizar uma análise minuciosa do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como fulcro da educação inclusiva no cenário educacional brasileiro. O AEE emerge como um instrumento indispensável para a consolidação de práticas pedagógicas que almejam a integração plena e eficaz de todos os estudantes no ambiente escolar. Sustentando-se nas reflexões de Freire (1996), é incontestável a necessidade de reconhecer e enaltecer as singularidades e demandas educacionais específicas de cada educando. Este estudo transcende a simples compreensão da importância do AEE, aventurando-se na identificação de componentes para sua prática efetiva em um cenário de educação inclusivo.

A investigação se desenvolve com o propósito de delinear a conceituação do AEE, destacar sua magnitude no panorama educacional inclusivo, apontar as metodologias empregadas no AEE e sublinhar a sinergia entre o AEE e a sala de aula convencional. Não menos relevante, uma atenção criteriosa é voltada para a formação dos profissionais envolvidos no AEE, mas passa a entender como tais elementos convergem para o fortalecimento do acesso, permanência e aprendizagem eficaz dos alunos com demandas educacionais especiais, conforme discutido por Gonçalves e Bastos (2020).

Emprega-se aqui uma metodologia de caráter qualitativo, cercada em uma revisão literária sistemática das obras que se destacam sobre o tema. Serão contemplados escritos de renomados autores e pesquisadores, tais como Aranha e Mendes (2018), Brasil (1996), Gonçalves; Bastos (2020), Melo; Gurgel (2018), Pletsch; Sperb (2017) e Souza; Oliveira (2019). A coleta de dados se manifestará por meio do exame detalhado de fontes primárias e secundárias, priorizando a literatura acadêmica especializada e documentos oficiais, garantindo, assim, uma compreensão ampla e fundamentada sobre o AEE.

Com este trabalho, antecipa-se que os desdobramentos oriundos desta pesquisa proporcionem uma visão mais acurada da interação entre o Atendimento Educacional Especializado



e a sala de aula regular, esclarecendo sua influência na constituição de um espaço de aprendizagem verdadeiramente inclusivo. Além disso, além de que este estudo sirva como baluarte para educadores, gestores educacionais e profissionais que objetivam fomentar uma educação de caráter inclusivo.

DESENVOLVIMENTO

3.1. Conceituação e Objetivos do AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) se destaca no panorama legislativo brasileiro como uma modalidade educativa dedicada a alunos com necessidades específicas. De acordo com Aranha e Mendes (2018), ele consiste em uma série de estratégias pedagógicas, cuidadosamente organizadas, que visam ampliar e enriquecer a experiência educativa regular dos estudantes.

O AEE, conforme preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), objetiva minimizar desafios e eliminar impedimentos no processo educativo de alunos com demandas especiais, garantindo igualdade de oportunidades.

Dentro dessa ótica, o AEE é fundamental para efetivar a inclusão educacional, oferecendo um suporte didático adaptado e focado. Ele não é meramente uma extensão da instrução convencional, mas uma abordagem dedicada à variedade de aptidões e desafios dos alunos, enfatizando o compromisso com a equidade.

A implementação do AEE fortalece o objetivo de construir uma sociedade que valorize a diversidade e o potencial intrínseco de cada indivíduo, fomentando um ambiente propício ao desenvolvimento pleno e singular de cada estudante.

Concluindo, é vital fortalecer que o AEE transcenda ser um mero elemento da pedagogia inclusiva, sendo, de fato, um eixo central na jornada para uma sociedade mais equitativa. Ao valorizar uma gama de habilidades e potenciais dos estudantes, estamos comprometidos com um futuro de oportunidades

iguais e desenvolvimento integral para todos.

3.2. A relevância do AEE no Contexto Escolar Inclusivo

A relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no cenário da escola inclusiva é amplamente discutida por especialistas na área educacional (Pletsch; Sperb, 2017). Sob uma ótica inclusiva, o AEE é reconhecido como uma ferramenta essencial para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso educacional de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Este tipo de atendimento é configurado como um suporte especializado, projetado para atender às demandas específicas desses alunos, contribuindo para uma atmosfera educacional genuinamente inclusiva e equitativa.

Segundo Souza e Oliveira (2019), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental na valorização da diversidade e na edificação de uma cultura escolar alinhada com os ideais de inclusão e democracia. Esse atendimento, ao fornecer um acompanhamento pedagógico meticulosamente individualizado, destaca a necessidade de reconhecer e valorizar as habilidades e talentos singulares de cada aluno, promovendo, assim, um ambiente educacional que honra e respeita as individualidades.

Contudo, é essencial compreender que uma implementação bem sucedida da AEE não está isenta de desafios. Como referência de Duque et al. (2022), o progresso pode ser comprometido quando surgem conflitos entre os professores da sala regular e os da sala do AEE. A ausência de alinhamento e cooperação entre esses profissionais pode resultar em planejamentos pedagógicos que não consideram específicas as singularidades e especificidades dos alunos, impedindo-os de receber o atendimento mais seguro às suas capacidades.

Consequentemente, a construção e construções do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no cenário educacional contemporâneo não apenas evidencia uma evolução



na abordagem pedagógica às diversas necessidades dos estudantes, mas também sublinha a urgência de ações coesas e coordenadas. Assim, ao priorizar e aplicar de forma eficaz o AEE, estaremos potencializando a excelência da educação, especialmente para aqueles que se destacam de um suporte pedagógico especializado e personalizado.

Portanto, a inserção do AEE ultrapassa a simples integração curricular, manifestando-se como uma iniciativa progressiva na realização de uma educação verdadeiramente inclusiva. Ao propiciar um ambiente que não é apenas acolhedor, mas também valorizar a multiplicidade de competências dos estudantes, estamos oferecendo a cada indivíduo a oportunidade de maximizar seu desenvolvimento educacional.

Ao concluir esta análise, torna-se vital enfatizar que a implementação eficiente do AEE reflete nosso comprometimento com a inclusão e representa um investimento valioso no futuro coletivo. Fornecer oportunidades de aprendizagem equitativa significa formar cidadãos aptos a enfrentar os desafios do mundo atual. Deste modo, ao persistir na elaboração de um sistema educacional mais inclusivo, estamos solidificando-nos como bases para uma sociedade mais equânime, em que o potencial de cada indivíduo é valorizado e considerado um ativo precioso para o avanço coletivo.

3.3. Estratégias e Métodos Utilizados no AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume uma posição de destaque na educação inclusiva. Gonçalves e Bastos (2020) sublinham a imperatividade de uma abordagem flexível e personalizada, ajustada às necessidades individuais de cada aluno.

Em sua essência, o AEE busca oferecer uma educação mais adaptada e eficaz, utilizando recursos e metodologias que visam suprir as demandas específicas dos estudantes com necessidades educacionais especiais. As adaptações curriculares, por exemplo, representam uma dessas ferramentas, permitindo modificações nos objetivos, conteúdos e métodos

de ensino para uma melhor acessibilidade (BRASIL, 2001).

A incorporação de tecnologias assistivas, conforme Freitas (2013) ressalta, é outro fundamental. Essas ferramentas tecnológicas auxiliam na comunicação, mobilidade e aprendizagem, facilitando o acesso ao currículo e ampliando a participação dos alunos em atividades escolares.

Dentro do AEE, também se destaca a formação continuada de profissionais, que é essencial para garantir que as estratégias e métodos utilizados sejam em constante evolução e alinhados às novas descobertas e práticas pedagógicas do campo educacional. A formação permite que os educadores desenvolvam habilidades para identificar e aplicar as melhores técnicas pedagógicas.

Além disso, é fundamental considerar o ambiente do AEE, que deve ser estruturado de maneira a favorecer a interação e a autonomia do aluno. Isso inclui, por exemplo, a disposição dos móveis, a acessibilidade dos materiais e a utilização de recursos visuais e táteis que facilitam a compreensão dos conteúdos.

Em resumo, o AEE não é apenas uma extensão do ensino regular, mas uma ferramenta transformadora. Através de uma abordagem centrada no aluno, que valoriza e regulamenta a singularidade de cada estudante, o AEE contribui significativamente para a construção de uma educação mais justa e inclusiva. É crucial que continuemos investindo em pesquisa, formação e recursos para que o AEE evolua e permaneça como uma referência na promoção da inclusão educacional.

3.4. O Plano de Atendimento, Relatórios e Registros no AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) não se limita às disciplinas práticas com os alunos, mas abrange uma série de procedimentos documentais que visam aprimorar e registrar o progresso do estudante. Estes documentos são fundamentais para o acompanhamento adequado e a avaliação do desenvolvimento do aluno, além de serem instrumentos que garantam transparência e clareza na comunicação entre



profissionais da educação, alunos e familiares.

1. Plano de Atendimento Individualizado (PDI): O Plano de Atendimento Individualizado é um documento estratégico que detalha a proposta de intervenção individualizada para o aluno no contexto do AEE. Ele contempla:

·Dados de identificação do aluno

·Diagnóstico inicial do estudante, identificando as necessidades específicas e potencialidades por meio de avaliações diagnósticas, relatórios médicos, psicopedagógicos e outros documentos relevantes.

·Objetivos de serem alcançados, específicos para o desenvolvimento do aluno, levando em consideração as necessidades e potencialidades. Essas metas devem ser mensuráveis e realistas.

·Adaptações Curriculares: devem ser realizadas as adaptações necessárias no currículo escolar para atender às necessidades do aluno, incluindo recursos didáticos, estratégias de ensino, material pedagógico adaptado, entre outros

Estratégias e recursos pedagógicos: equipamentos, softwares e materiais didáticos e adaptados, específicos de acordo com as especificidades do aluno, deficiência ou transtorno.

·Cronograma e avaliação: Prazos para realização das metas, lançamentos, avaliações.

·Envolvimento da Família: Incluir a família do aluno no processo, promovendo reuniões e ações de orientação para que eles possam apoiar o desenvolvimento do estudante em casa.

·Documentação: Manter um registro documentado de todas as etapas do processo, incluindo diagnósticos, relatórios de progresso, adaptações curriculares realizadas e ações implementadas.

·Legislação e Diretrizes: O documento deve estar alinhado com a legislação e diretrizes educacionais vigentes relacionadas à inclusão e ao AEE.

·Periodicidade e duração das sessões de atendimento.

·Avaliações e critérios de sucesso, devem acontecer

periodicamente e com critérios diversificados para atender os alunos.

2. Relatórios: Os relatórios são documentos que registram o progresso do aluno ao longo do tempo. Eles são modificados em intervalos predeterminados e incluem:

·Descrição detalhada das atividades realizadas.

·Avanços apresentados em relação aos objetivos propostos.

·Desafios encontrados e propostas de disciplinas futuras.

·Feedbacks e observações relevantes sobre a dinâmica do aluno durante as sessões.

·Comentários e Observações: Inclui quaisquer comentários ou observações adicionais que possam ser relevantes para entender melhor as necessidades do aluno e planejar futuras intervenções.

3. Portfólios: O portfólio é uma coleção de trabalhos e atividades desenvolvidas pelo aluno ao longo de um período. Ele serve como um registro visual e tangível do progresso do estudante e pode incluir:

·Produções textuais, desenhos e trabalhos manuais.

·Anotações, reflexões e autoavaliações do aluno.

·Materiais de apoio utilizados durante as sessões.

·Comentários e insights do educador sobre o desenvolvimento do aluno.

4. Tipos de Registros: Dentro do AEE, os registros podem assumir diversas formas, tais como:

·Diários de Bordo: Anotações regulares feitas pelo educador sobre o desenrolar de cada sessão, conhecidos por muito como caderno de campo.

·Fichas de Acompanhamento: Documentos estruturados que registram informações específicas, como presença, comportamento, e conquistas do aluno.

·Registros Audiovisuais: Gravações em vídeo ou áudio que capturam momentos importantes ou evidenciam evoluções significativas do estudante.

·Gráficos de Evolução: Representações gráficas que

mostram o progresso do aluno em determinadas habilidades ou competências ao longo do tempo.

Em conclusão, o Plano de Atendimento, os Relatórios, os Portfólios e os diversos tipos de registos são ferramentas essenciais no AEE. Eles não apenas documentam o percurso do aluno, mas também fornecem insights valiosos para aprimorar as práticas pedagógicas, garantindo um atendimento realmente eficaz e individualizado.

A seguir, apresentamos uma imagem que ilustra os diferentes modelos de relatórios utilizados nesse processo. Esses ícones representam os vários procedimentos documentais que são fundamentais para o acompanhamento e avaliação do progresso do aluno na educação inclusiva.

Figura: Atendimento Educacional Especializado. Fonte: os autores (2023)



3.4. Integração entre AEE e Sala de Aula Regular

A interação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com a sala de aula regular é um marco para a efetivação

da educação inclusiva. Conforme indicado por Melo e Gurgel (2018), essa sinergia exige uma comunicação eficaz entre os profissionais envolvidos, com foco na elaboração conjunta de práticas pedagógicas adaptadas.

A formação continuada dos docentes é um aspecto essencial nesse processo. Professores capacitados são mais aptos a trabalhar em conjunto com os especialistas do AEE, propiciando uma transição fluida para os alunos entre os diferentes ambientes educativos (Santos, 2021).

A comunicação com as famílias também se destaca como um componente vital. O envolvimento dos pais ou responsáveis no processo educacional, informados e alinhados com as práticas do AEE, potencializa os resultados da integração e fortalece o apoio ao aluno no ambiente doméstico (Barreto, 2019).

No cenário contemporâneo, a tecnologia assistiva tem sido mostrada como uma aliada poderosa. Softwares e dispositivos desenvolvidos para atender às necessidades dos alunos podem servir como uma ponte, facilitando a integração das atividades do AEE com a sala de aula regular e permitindo que o aluno transite entre os ambientes com maior autonomia (Carvalho, 2020).

Em resumo, a integração efetiva entre o AEE e a sala de aula regular não apenas consolida os preceitos da educação inclusiva, mas também reflete um compromisso com a formação integral dos estudantes. Assim, ao adotar estratégias inovadoras e práticas colaborativas, pavimentam o caminho para uma educação que valorize a diversidade e promova a igualdade.

A integração entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala de aula regular é um aspecto fundamental da educação inclusiva. O infográfico a seguir ilustra como essa integração ocorre na prática, destacando os principais elementos e estratégias que facilitam uma educação verdadeiramente inclusiva. Ele fornece uma visão visual clara e compreensível de como o AEE complementa e enriquece a experiência educacional regular dos alunos, promovendo um

ambiente de aprendizagem que acolhe e valoriza a diversidade de habilidades e potenciais.



Figura: Infográfico. Fonte: os autores (2023)

3.5. Formação e Capacitação dos Profissionais de AEE

A capacitação adequada dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é de primordial importância para garantir a eficácia do atendimento oferecido a alunos com necessidades específicas. Almeida e Oliveira (2019) ressaltam a necessidade de tais profissionais serem versados, não apenas em práticas inclusivas, mas também nas particularidades dos alunos que integram esse contexto.

A habilidade e expertise desses educadores são pilares centrais para a excelência do AEE. Desse modo, a formação continuada aparece como uma estratégia essencial, evoluindo a incorporação de metodologias inovadoras e atualizadas para atender às demandas em constante evolução no campo da educação inclusiva.

O aperfeiçoamento constante desses profissionais não é apenas um investimento na qualidade do ensino, mas um compromisso com a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Ao expandir seus conhecimentos e habilidades, os profissionais de AEE tornam-se mudanças, propiciando uma abordagem educacional que destaca e potencializa as capacidades individuais de cada aluno.

Para além das competências técnico-pedagógicas, a formação destes profissionais deve estar imbuída dos ideais de equidade e justiça social, reforçando a visão de uma sociedade inclusiva em que cada estudante é valorizado em sua singularidade.

Em resumo, a capacitação contínua dos profissionais de AEE não apenas consolida uma educação inclusiva robusta, mas também solidifica a compreensão de que cada aluno possui uma contribuição para o tecido social mais amplo. Tal investimento, portanto, é indispensável para uma sociedade que aspira ao pleno desenvolvimento de todos os seus membros.

Ao encerrarmos, não podemos deixar de ressaltar a relevância incontestável da formação e atualização contínua dos profissionais do AEE. Esta é uma trilha indispensável na construção de uma educação inclusiva que não apenas abre portas, mas promove uma genuína celebração da diversidade de capacidades e potencialidades humanas. Em suma, é um investimento essencial para assegurar que todos os alunos, sem exceção, alcancem seu pleno potencial e contribuam de forma significativa para a sociedade em que estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo dedica-se a uma análise do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto educacional brasileiro, enfatizando sua essencialidade na promoção da inclusão educacional. Através de uma revisão criteriosa da literatura e da contextualização normativa, destacamos a centralidade do AEE como mecanismo chave na viabilização de uma aprendizagem equitativa para estudantes com necessidades educacionais especiais.



Inicialmente, exploramos a conceituação e os propósitos do AEE, baseados em Aranha e Mendes (2018), ressaltando a sua atuação como um conjunto de atividades e estratégias que convergem para o desenvolvimento integral dos estudantes, de acordo com as diretrizes estipuladas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

A importância do AEE no panorama da educação inclusiva foi realçada, corroborando as ideias de Pletsch e Sperb (2017) e Souza e Oliveira (2019). Estabelecemos como a AEE desempenha um papel vital na promoção da diversidade e no estabelecimento de uma cultura escolar inclusiva e democrática.

Com Gonçalves e Bastos (2020) como guia, adentramos nas estratégias e metodologias utilizadas no AEE, evidenciando a necessidade de uma postura pedagógica flexível e adaptada às especificidades de cada aluno.

Abordamos ainda uma integração entre o AEE e a sala de aula regular, pontuando a necessidade de uma sinergia entre os profissionais e uma construção conjunta de práticas pedagógicas inclusivas, conforme Melo e Gurgel (2018).

No escopo da formação dos profissionais de AEE, destacamos sua indispensabilidade para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Ressaltou-se que a capacitação contínua desses profissionais é um pilar para garantir a qualidade e eficácia do atendimento prestado no AEE.

Concluindo, a centralidade da AEE na promoção de uma educação inclusiva e equitativa é inegável. A AEE se posiciona como instrumento de transformação, potencializando a diversidade de habilidades e garantindo um ensino de qualidade para todos. No próximo capítulo, convidamos o leitor a continuar conosco nesta jornada, explorando ainda mais práticas pedagógicas inclusivas e estratégias de ensino diferenciadas, em busca de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F.; Mendes, E. G. Educação inclusiva: práticas

pedagógicas para a diversidade na escola. Moderna. 2018.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Brasília: MEC. 1996.
DUQUE et al., Os entraves existentes na sala de recursos multifuncionais: a partir das perspectivas dos discentes e docentes. Editora Educação Transversal, 128 p. 2022
GONÇALVES, D. V.; Bastos, L. A. Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação inclusiva. Revista Intercontinental de Gestão Desportiva, 248-262. 2020.
MELO, M. C.; Gurgel, L. A. Educação inclusiva: desafios e perspectivas para a formação de professores. Revista Psicologia & Sociedade. 2018.
PLETSCH, M. D., & Sperb, T. M. Atendimento Educacional Especializado: uma construção com a Educação Física Escolar. Revista Brasileira de Educação Especial. 651-664. 2017.
SOUZA, K. M. S.; Oliveira, L. S. Educação inclusiva: desafios, políticas e práticas pedagógicas. Editora CRV. 2019.



CAPÍTULO 4
TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA UMA INCLUSÃO EFETIVA

Paulo Henrique Filho
https://orcid.org/0000-0002-9702-4505

Tiago Fernando Hansel
https://orcid.org/0000-0002-9160-842X

Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira
https://orcid.org/0000-0002-2207-3775

Selmiléia Franciane de Andrade
https://orcid.org/0000-0002-6567-1126

Andréia Cristiane Cuesta Alves
https://orcid.org/0009-0009-0777-5945

Élida Maria de Sousa Silva
https://orcid.org/0000-0001-7446-3065

Jeronima Rodrigues da Silva
https://orcid.org/0000-0001-9931-2191

Evódia Damasceno Romão
https://orcid.org/0009-0002-6289-6749

Luciana de Sousa Santos
https://orcid.org/0009-0001-2048-0000

INTRODUÇÃO

A busca por uma educação inclusiva e equitativa é um dos desafios mais urgentes no cenário educacional contemporâneo. Para promover a participação igualitária de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, é imperativo explorar estratégias eficazes para a implementação da inclusão nas instituições de ensino. Este estudo propõe uma análise detalhada das abordagens e práticas que podem catalisar a transformação do sistema educacional, criando ambientes propícios ao aprendizado de todos os estudantes.

A educação inclusiva surge como resposta à necessidade de proporcionar oportunidades educacionais igualitárias para todos os alunos, independentemente de suas habilidades, limitações ou características individuais. Esta abordagem visa não apenas atender às necessidades dos alunos com deficiência, mas também promover um ambiente enriquecedor para toda a comunidade escolar. Para tanto, é crucial analisar criticamente o cenário atual da educação inclusiva no Brasil, identificando lacunas e oportunidades de aprimoramento.

O objetivo deste estudo é fornecer um conjunto de estratégias aplicáveis para promover a inclusão efetiva no ambiente educacional. Busca-se não apenas teorizar sobre a importância da inclusão, mas apresentar soluções concretas que possam ser implementadas por educadores, gestores e profissionais envolvidos no processo educacional.

A pesquisa será conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, que permitirá uma análise abrangente das melhores práticas e abordagens teóricas na área da educação inclusiva. As fontes para esta revisão incluiu uma variedade de documentos acadêmicos, como artigos de periódicos, documentos de conferências e teses.

Espera-se que este estudo forneça diretrizes práticas fundamentadas para promover a inclusão efetiva no ambiente educacional. Os resultados da pesquisa poderão servir como guia para educadores, gestores e profissionais envolvidos na implementação de práticas inclusivas.



Em suma, este estudo pretende contribuir significativamente para o campo da educação inclusiva ao fornecer insights valiosos e estratégias práticas que podem ser usadas para promover a inclusão efetiva em ambientes educacionais.

DESENVOLVIMENTO

4.1. Avaliando o Cenário Atual da Educação Inclusiva no Brasil

A complexidade do panorama educacional inclusivo no Brasil demanda uma abordagem cuidadosa e fundamentada. Ferreira (2020) ressalta que, embora tenham sido feitos avanços significativos na legislação e nas políticas educacionais voltadas para a inclusão, a efetiva implementação dessas práticas ainda encontra obstáculos substanciais. A análise crítica deste contexto se revela como um ponto de partida crucial para a promoção de mudanças substantivas.

Nesse sentido, a investigação das políticas e práticas vigentes no sistema educacional é de suma importância. É por meio dessa avaliação minuciosa que se torna possível discernir entre as medidas que têm alcançado êxito e aquelas que necessitam de ajustes ou aprimoramentos. Além disso, a análise embasada nas contribuições de Ferreira se traduz em um respaldo teórico substancial para as proposições de aprimoramento, conferindo-lhes uma base sólida e confiável.

A identificação meticulosa de lacunas e obstáculos é um ponto de partida incontornável na busca pela construção de uma educação inclusiva e equitativa que responda de maneira abrangente às necessidades e direitos de todos os alunos. Essa análise aliada à proposição de estratégias de melhoria, assume uma posição central na transformação do sistema educacional em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Ao identificar as lacunas, estamos não apenas mapeando as áreas que requerem intervenção, mas promovendo uma reflexão sobre as práticas e políticas educacionais vigentes. Essa abordagem proporciona insights para a implementação de medidas corretivas e estratégias de aprimoramento.

A seguir, apresentamos um infográfico que ilustra o cenário atual da educação inclusiva no Brasil, destacando as principais lacunas e desafios enfrentados, bem como as estratégias propostas para promover uma inclusão efetiva.



Figura: Infográfico avaliando o cenário atual da educação inclusiva. Fonte: os autores (2023)

A compreensão crítica do cenário atual da educação inclusiva não é apenas uma análise estática, mas uma contínua



investigação e avaliação das práticas e políticas em vigor. É um processo dinâmico que exige um olhar sensível para as nuances e complexidades das experiências educacionais dos alunos, especialmente daqueles que podem estar em situação de vulnerabilidade ou com necessidades específicas.

Portanto, a compreensão crítica do cenário atual da educação inclusiva não apenas identifica áreas para intervenção, mas também serve como um guia para a ação. É um convite à transformação e ao aprimoramento contínuo das práticas educacionais, visando criar um ambiente no qual todos os alunos possam prosperar e alcançar seu pleno potencial.

4.2. Formação Continuada para Profissionais

A formação continuada dos profissionais da educação é um pilar fundamental na busca pela promoção efetiva da inclusão educacional. Esta premissa encontra respaldo nas contribuições de diversos estudiosos do campo educacional. Segundo Souza e Silva (2019), a capacitação dos docentes é um elemento para o êxito das práticas pedagógicas inclusivas. O entendimento das necessidades específicas dos alunos com deficiência e a maestria em estratégias pedagógicas adaptadas são habilidades essenciais para a criação de ambientes educacionais verdadeiramente acessíveis e acolhedores.

Nesse contexto, Mendes (2017) destaca a formação como um fator determinante na promoção da inclusão. O aprimoramento contínuo dos profissionais da educação não apenas instrumentaliza os docentes com as ferramentas necessárias para atender às demandas dos alunos com diversidade de necessidades, mas também contribui para a transformação da cultura escolar em direção a práticas mais inclusivas.

Além disso, Ferreira (2020) corrobora essa visão ao afirmar que a formação continuada dos educadores não só aprimora suas competências técnicas, mas sensibiliza para a importância da inclusão e valorização da diversidade. Assim, a formação se torna um vetor na consolidação de uma educação que respeite e acolha as particularidades de cada estudante.

Com base na pesquisa realizada, algumas perspectivas podem ser consideradas ao discutir a formação continuada para profissionais no contexto da educação inclusiva:

Preparação para a Diversidade: A formação de professores para a educação inclusiva deve envolver a preparação para ensinar todos os alunos, independentemente de suas habilidades, limitações ou características individuais.

Crenças dos Professores: As crenças dos professores sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais podem explicar as lacunas entre a política e a prática.

Autoeficácia dos Professores: A pesquisa mostrou que os professores pré-serviço tendem a ter uma autoeficácia mais alta (ou seja, a crença em sua capacidade de ensinar em salas de aula inclusivas) do que os professores em serviço.

Treinamento Específico em Educação Especial: Os professores com treinamento em educação especial tendem a ter visões mais positivas sobre a inclusão do que os professores de educação regular.

Programas e Intervenções de Treinamento: Têm sido associados à melhoria das avaliações cognitivas e emocionais dos professores, bem como à autoeficácia em relação às práticas inclusivas.

Diante disso, torna-se evidente que a formação continuada dos profissionais da educação é uma peça-chave na promoção da inclusão. Ela não apenas capacita os docentes tecnicamente, mas os sensibiliza para a importância da construção de ambientes educacionais inclusivos e acolhedores.

4.3. Adaptações Curriculares e Flexibilização

A necessidade premente de implementar adaptações curriculares e flexibilização das práticas pedagógicas é um imperativo incontestável no contexto da educação inclusiva. Conforme apontado por Oliveira (2018), tais adaptações representam um componente central e estratégico para o efetivo atendimento das variadas necessidades dos alunos, propiciando-lhes uma experiência educacional mais equitativa e eficaz.



Ao abordar a questão das adaptações curriculares, é crucial considerar a diversidade intrínseca aos estudantes. Estes podem apresentar uma gama ampla de perfis e características, que vão desde diferenças cognitivas até necessidades específicas decorrentes de deficiências, aptidões ou estilos de aprendizagem distintos. Neste contexto, as adaptações curriculares se configuram como um mecanismo de resposta que visa assegurar que todos os alunos tenham acesso ao currículo de forma apropriada e significativa.

Além disso, a flexibilização das práticas pedagógicas se mostra como um complemento às adaptações curriculares. Esta abordagem implica em uma reconfiguração das estratégias de ensino, levando em consideração as demandas e potencialidades individuais de cada estudante. Dessa forma, a flexibilização propicia um ambiente de aprendizado mais inclusivo, no qual cada aluno é acolhido em sua singularidade.

Oliveira (2018) destaca que a implementação efetiva de adaptações curriculares e a flexibilização das práticas pedagógicas não apenas refletem o compromisso com a inclusão, mas são fundamentais para o sucesso educacional de todos os alunos. Estas estratégias não se limitam a proporcionar igualdade de oportunidades, mas vão além, ao criar um ambiente propício para o florescimento do potencial de cada indivíduo.

Em última análise, a abordagem proposta por Oliveira (2018) se coaduna com a visão contemporânea da educação inclusiva, que busca não apenas a participação, mas a plena realização de cada estudante. Portanto, a integração efetiva de adaptações curriculares e a flexibilização das práticas pedagógicas se erigem como um pilar central na construção de uma educação que valoriza e respeita a diversidade de talentos e necessidades presentes em nossas salas de aula.

4.4. Fomentando a Cultura Inclusiva na Comunidade Escolar

A construção e o fortalecimento de uma cultura inclusiva no ambiente escolar são fundamentais para o desenvolvimento eficaz da educação inclusiva. Mendes (2017) enfatiza

que a promoção ativa da aceitação, respeito e valorização da diversidade dentro da comunidade educacional é essencial para criar um ambiente propício ao aprendizado de todos os estudantes. Esta abordagem, que celebra a diversidade como uma riqueza, desempenha um papel crucial na construção de um contexto educacional genuinamente inclusivo.

Iniciativas de sensibilização, programas de formação e atividades que integram a inclusão como um componente essencial da identidade da instituição educacional são elementos estratégicos, conforme apontado por Mendes (2017). Essas ações não apenas permitem que os membros da comunidade educacional internalizem os valores inclusivos, mas também os equipam com estratégias eficazes que promovem a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais.

Além disso, Souza e Silva (2019) reforçam essa perspectiva ao destacar a formação de professores como um dos pilares fundamentais na construção de uma cultura inclusiva. A capacitação dos educadores em estratégias pedagógicas inclusivas e no entendimento das necessidades específicas dos alunos com deficiência é essencial para a criação de um ambiente educacional verdadeiramente acessível e acolhedor.

Para complementar com insights inovadores e inéditos, podemos considerar o papel dos pais e cuidadores na promoção de uma cultura inclusiva. A participação ativa dos pais na vida escolar pode ajudar a reforçar os valores inclusivos em casa e na comunidade em geral. Além disso, podemos explorar como as práticas inclusivas podem ser integradas em todas as áreas do currículo escolar, não apenas nas salas de aula, mas também em atividades extracurriculares e eventos sociais. Isso ajudaria a garantir que todos os estudantes se sintam valorizados e incluídos em todos os aspectos da vida escolar.

Portanto, a construção de uma cultura inclusiva no ambiente escolar, conforme Mendes (2017), não só contribui para a implementação efetiva da educação inclusiva, mas reflete um compromisso com a promoção dos direitos e oportunidades de todos os estudantes. É através desta abordagem que se



estabelece um ambiente educacional que valoriza e respeita a diversidade, proporcionando assim um espaço propício ao desenvolvimento integral e ao aprendizado de todos os alunos.

4.5. Uso da Tecnologia como Ferramenta de Inclusão

A incorporação da tecnologia no cenário educacional é um recurso de grande relevância na promoção da inclusão de estudantes com diversas necessidades. Vygotsky (2017) ressalta que a tecnologia pode ser utilizada como uma ferramenta eficaz para garantir um acesso equitativo ao currículo e facilitar a participação ativa de todos os alunos. Ao oferecer recursos adaptativos e personalizados, a tecnologia se apresenta como um meio poderoso para nivelar as oportunidades educacionais, alinhando-se ao princípio da inclusão.

Nesse contexto, as estratégias de seleção de recursos tecnológicos e as práticas de implementação são cruciais. Souza e Silva (2019) enfatizam a importância de uma abordagem criteriosa na escolha dos dispositivos e aplicativos, visando atender às necessidades individuais dos alunos. Além disso, a formação dos professores, conforme destacado por Mendes (2017), é um fator determinante para a eficácia da integração da tecnologia no ambiente educacional. O desenvolvimento de competências digitais, aliado à compreensão das estratégias pedagógicas adaptadas ao uso da tecnologia, é essencial para a promoção de uma inclusão efetiva.

A tecnologia tem o poder de transformar a sociedade e promover a inclusão em várias áreas da vida. Este mapa mental explora o "Uso da Tecnologia como Ferramenta de Inclusão", abordando sete áreas principais: Acessibilidade, Educação, Comunicação, Emprego, Saúde, Mobilidade e Direitos Digitais. Cada ramo do mapa mental se aprofunda em subcategorias específicas, destacando as maneiras pelas quais a tecnologia pode ser usada para promover a inclusão. Desde tecnologias assistivas que aumentam a acessibilidade, até plataformas de aprendizado online que democratizam a educação, este mapa mental oferece uma visão abrangente do

papel que a tecnologia desempenha na promoção da inclusão

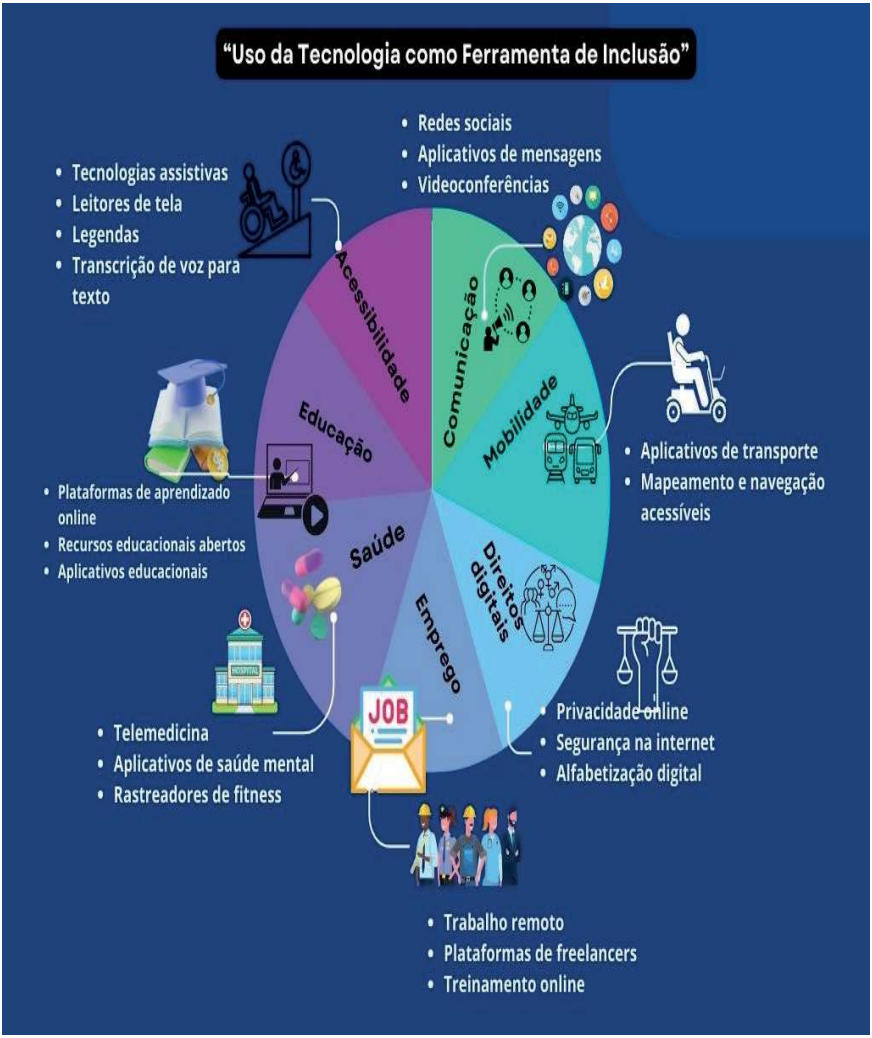


Figura: Uso da tecnologia como ferramenta de inclusão. Fonte: Os autores (2023)

Ferreira (2020) aponta para a necessidade de considerar a acessibilidade digital como um critério primordial na seleção de recursos tecnológicos. Garantir que os dispositivos e plataformas utilizados sejam acessíveis a todos os alunos, independentemente de suas características, é um passo fun-



damental na promoção da inclusão.

A investigação das potencialidades da tecnologia como instrumento de inclusão neste capítulo não só se alinha com as perspectivas delineadas por Vygotsky (2017) sobre o papel mediador da tecnologia no processo educacional, mas também estabelece um diálogo profícuo com as abordagens preconizadas por Souza e Silva (2019), Mendes (2017) e Ferreira (2020). Estas abordagens convergem ao sublinhar a relevância da seleção criteriosa de recursos tecnológicos, a formação pedagógica dos docentes para a integração efetiva da tecnologia no ambiente educacional, e a garantia de acessibilidade digital, como pilares fundamentais para a promoção da inclusão por meio desta ferramenta.

A visão de Vygotsky (2017) sobre a tecnologia como mediadora do processo de aprendizagem encontra eco nas práticas inclusivas propostas por Souza e Silva (2019), que enfatiza o potencial transformador da tecnologia no contexto educacional. Neste sentido, a seleção criteriosa de recursos tecnológicos não é apenas uma decisão pragmática, mas uma escolha pedagógica que visa atender às necessidades diversificadas dos alunos, promovendo uma experiência educacional mais rica e inclusiva.

Além disso, a formação continuada dos professores, conforme preconizada por Mendes (2017), desempenha um papel preponderante na efetiva integração da tecnologia como ferramenta de inclusão. É por meio desta formação que os docentes podem adquirir as competências necessárias para utilizar a tecnologia de forma eficaz, adaptando-a às necessidades específicas de seus alunos.

A acessibilidade digital, por sua vez, emerge como um princípio, em consonância com Ferreira (2020) sobre a importância de remover barreiras para a participação plena dos alunos. Garantir que os recursos tecnológicos sejam acessíveis a todos os estudantes, independentemente de suas características, é um passo na promoção da inclusão.

A incorporação da tecnologia no cenário educacional é um recurso de grande relevância na promoção da inclusão

de estudantes com diversas necessidades. Vygotsky (2017) ressalta que a tecnologia pode ser utilizada como uma ferramenta eficaz para garantir um acesso equitativo ao currículo e facilitar a participação ativa de todos os alunos. Ao oferecer recursos adaptativos e personalizados, a tecnologia se apresenta como um meio poderoso para nivelar as oportunidades educacionais, alinhando-se ao princípio da inclusão.

Nesse contexto, as estratégias de seleção de recursos tecnológicos e as práticas de implementação são cruciais. Souza e Silva (2019) enfatizam a importância de uma abordagem na escolha dos dispositivos e aplicativos, visando atender precisamente às necessidades individuais dos alunos. Além disso, a formação dos professores, conforme destacado por Mendes (2017), é um fator determinante para a eficácia da integração da tecnologia no ambiente educacional. O desenvolvimento de competências digitais, aliado à compreensão das estratégias pedagógicas adaptadas ao uso da tecnologia, é essencial para a promoção de uma inclusão efetiva.

Ademais, Ferreira (2020) aponta para a necessidade de considerar a acessibilidade digital como um critério primordial na seleção de recursos tecnológicos. Garantir que os dispositivos e plataformas utilizados sejam acessíveis a todos os alunos, independentemente de suas características, é um passo fundamental na promoção da inclusão.

A investigação das potencialidades da tecnologia como instrumento de inclusão neste capítulo não só se alinha com as perspectivas delineadas por Vygotsky (2017) sobre o papel mediador da tecnologia no processo educacional, mas também estabelece um diálogo profícuo com as abordagens preconizadas por Souza e Silva (2019), Mendes (2017) e Ferreira (2020). Estas abordagens convergem ao sublinhar a relevância da seleção criteriosa de recursos tecnológicos, a formação pedagógica dos docentes para a integração efetiva da tecnologia no ambiente educacional, e a garantia de acessibilidade digital, como pilares fundamentais para a promoção da inclusão por meio desta ferramenta.

A visão de Vygotsky (2017) sobre a tecnologia como



mediadora do processo de aprendizagem encontra eco nas práticas inclusivas propostas por Souza e Silva (2019), que enfatiza o potencial transformador da tecnologia no contexto educacional. Neste sentido, a seleção criteriosa de recursos tecnológicos não é apenas uma decisão pragmática, mas uma escolha pedagógica que visa atender às necessidades diversificadas dos alunos, promovendo uma experiência educacional mais rica e inclusiva.

Além disso, a formação continuada dos professores, conforme preconizada por Mendes (2017), desempenha um papel preponderante na efetiva integração da tecnologia como ferramenta de inclusão. É por meio desta formação que os docentes podem adquirir as competências necessárias para utilizar a tecnologia de forma eficaz, adaptando-a às necessidades específicas de seus alunos.

A acessibilidade digital, por sua vez, emerge como um princípio fundamental, em consonância com as discussões de Ferreira (2020) sobre a importância de remover barreiras para a participação plena dos alunos. Garantir que os recursos tecnológicos sejam acessíveis a todos os estudantes, independentemente de suas características, é um passo crucial na promoção da inclusão.

4.6. Políticas Públicas e Iniciativas de Suporte à Educação Inclusiva

A efetivação da educação inclusiva pressupõe a existência de um sólido arcabouço normativo e político que respalde e promova práticas inclusivas no âmbito das instituições de ensino. Ferreira (2020) propõe uma análise minuciosa das políticas públicas vigentes no Brasil concernentes à inclusão educacional, além de investigar iniciativas de apoio voltadas para o fortalecimento da implementação destas políticas.

Mendes (2017) e Souza e Silva (2019) sublinham a importância das políticas públicas na promoção da inclusão, enfatizando que tais medidas proporcionam o respaldo necessário para a efetiva implementação de práticas pedagógicas inclusivas1. Além disso, ao explorar o tema das políticas públicas

e iniciativas de suporte à educação inclusiva, este capítulo também dialoga com os estudos de Vygotsky (2017) sobre a influência do ambiente social e das instituições na formação e no desenvolvimento dos indivíduos.

Ferreira (2020) destaca a necessidade de considerar a acessibilidade digital como um critério primordial na seleção de recursos tecnológicos. Garantir que os dispositivos e plataformas utilizados sejam acessíveis a todos os alunos, independentemente de suas características, é um passo fundamental na promoção da inclusão.

A interlocução entre esses pensadores remete à compreensão de que a efetivação da educação inclusiva transcende o âmbito pedagógico, estendendo-se às esferas normativas e políticas. A interação entre indivíduos, práticas educacionais e o contexto político e social cria um contexto propício para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Ao analisar as políticas públicas e iniciativas de suporte à educação inclusiva, não podemos ignorar o papel central que desempenham na concretização dos direitos educacionais de todos os estudantes. Neste contexto, as concepções de Vygotsky (2017) sobre a importância do ambiente social na formação dos indivíduos ressoam de maneira significativa. A influência do contexto normativo e político nas práticas inclusivas ganha relevância, evidenciando a necessidade de um engajamento contínuo e colaborativo entre educadores, gestores e formuladores de políticas.

Portanto, a análise das políticas públicas e iniciativas de suporte à educação inclusiva não apenas corrobora com as visões dos pensadores sobre a importância das políticas inclusivas, mas enriquece o entendimento ao inserir o contexto social como um elemento crítico na formação educacional dos indivíduos. Este diálogo entre teoria e prática representa um passo em direção a uma educação inclusiva e equitativa.

Além disso, podemos considerar as perspectivas globais sobre a educação inclusiva. Por exemplo, a UNESCO formulou uma política de educação inclusiva em 2021 para garantir os direitos de todos os estudantes à educação, fornecendo



oportunidades iguais e equitativas para todas as categorias de estudantes com perfis complexos de aprendizagem. Da mesma forma, um artigo publicado pela Springer em 2020 destacou a educação inclusiva como uma prioridade global e uma responsabilidade coletiva. Essas perspectivas globais podem enriquecer ainda mais nossa compreensão das políticas públicas e iniciativas de suporte à educação inclusiva.

4.7. O Caminho a Seguir para uma Educação Verdadeiramente Inclusiva

A fase conclusiva desta investigação é de extrema relevância, pois agrega e analisa de maneira integrada as principais descobertas e recomendações dos capítulos precedentes. Por meio de uma abordagem abrangente, que avalia o contexto educacional vigente, as estratégias de formação docente, as adaptações curriculares, a integração da tecnologia, as políticas públicas pertinentes e a promoção de uma cultura inclusiva, busca-se delinear os passos concretos para a concretização de uma educação que acolha e celebre a diversidade.

Adicionalmente, esta seção prospecta e sugere possíveis áreas de pesquisa futura e aprimoramento contínuo das práticas inclusivas no contexto educacional brasileiro. Tal perspectiva, alinhada à visão de autores como Mendes (2017) e Ferreira (2020), fomenta um ciclo virtuoso de aprimoramento constante, onde a pesquisa e a prática se entrelaçam em prol da maximização da eficácia das políticas e ações inclusivas.

Ao refletirmos sobre o caminho percorrido, é evidente que a busca por uma educação inclusiva é um compromisso contínuo com a promoção da equidade e do pleno desenvolvimento de todos os alunos. Os resultados obtidos até o momento representam um ponto de partida para uma jornada ainda mais significativa e abrangente.

Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer que as descobertas desta pesquisa não apenas contribuem para a compreensão atual da educação inclusiva, mas apontam para novos horizontes de investigação. À medida que nos aprofundamos nas complexidades deste campo, surgem questões,

abordagens e possibilidades que merecem ser exploradas.

Assim, esta conclusão não representa o fim de uma jornada, mas sim o início de uma nova fase de descobertas e aprimoramentos. Que as reflexões e insights apresentados aqui sirvam como um ponto de partida inspirador para pesquisadores, educadores e formuladores de políticas que compartilham o compromisso com a construção de uma educação inclusiva e equitativa para todos.

A dinâmica evolutiva que caracteriza a área da educação inclusiva é um testemunho do nosso constante progresso na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva. Que continuemos avançando juntos nesse caminho, sempre em prol do bem-estar e desenvolvimento pleno de cada indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo em direção à construção de uma educação verdadeiramente inclusiva delineou um panorama abrangente e fundamentado, marcado por uma série de pontos-chave que convergem para a promoção da equidade e pleno desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Inicialmente, a avaliação crítica do atual cenário da educação inclusiva no Brasil permitiu uma imersão nas complexidades ainda presentes no sistema educacional. Apesar dos avanços normativos e das políticas inclusivas em vigor, persistem lacunas que demandam atenção e intervenção.

A formação continuada para profissionais emerge como uma alavanca crucial para a efetivação da inclusão educacional. A capacitação dos docentes não apenas instrumentaliza as habilidades técnicas, mas também sensibiliza para a importância da inclusão e valorização da diversidade.

As adaptações curriculares e flexibilizações se mostraram como ferramentas indispensáveis para atender às singularidades dos alunos. Esta abordagem reflete o compromisso de adequar o ensino para que todos os estudantes alcancem o pleno desenvolvimento.



No âmbito da cultura inclusiva na comunidade escolar, a promoção ativa da aceitação, respeito e valorização da diversidade desempenha um papel central na criação de um ambiente propício ao aprendizado de todos os estudantes.

A inserção da tecnologia como ferramenta de inclusão encontra respaldo nas concepções de Vygotsky (2017) e se apresenta como uma oportunidade para assegurar o acesso equitativo ao currículo.

A análise das políticas públicas e iniciativas de suporte à educação inclusiva destaca a relevância do respaldo normativo e político na promoção efetiva da inclusão.

Assim, a busca por uma educação inclusiva e equitativa no Brasil se materializa como um desafio complexo e multifacetado, permeado por uma teia de fatores inter-relacionados. A efetiva promoção da inclusão educacional, portanto, repousa na confluência de esforços e estratégias que permeiam todos os aspectos da comunidade educacional, consolidando-se como um imperativo ético e educacional de nossa sociedade.

À luz das análises e reflexões empreendidas neste estudo, torna-se evidente que a busca pela inclusão educacional no contexto brasileiro é um empreendimento complexo e multifacetado. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva demanda um esforço conjunto e coordenado de todos os atores envolvidos no processo educacional, desde os educadores até os formuladores de políticas públicas. A compreensão das necessidades individuais, a promoção de práticas pedagógicas inclusivas e a criação de um ambiente acolhedor são pilares fundamentais nessa jornada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. M. B. Calcanhar de Aquiles: A Avaliação Do Aluno Com Deficiência Intelectual No Contexto Escolar. Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.17,

edição especial, p.59-76, 2011.
COSTA, R. A. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional, Revista Brasileira de Educação, 2016.
FERREIRA, A. B. Inclusão escolar: Desafios e perspectivas no contexto brasileiro. Editora Livre. 2020.
FERREIRA, C. M. R. J.; LOPES, T. F. A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena. Rev. Educ. Especial, v. 29, n. 55, p. 441-456, maio - ago, 2016.
FERREIRA, W. R. Como se ensina aritmética? Elementos de uma aritmética para ensinar no manual de Faria de Vasconcelos. Ensino Em Re-Vista, 28(Contínua), e027, 2020.
KASSAR, M. de C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educar Em Revista, (41), 61–79, 2011. LIMA, S. M., & LAPLANE, A. L. F. de. Escolarização de Alunos com Autismo. Revista Brasileira De Educação Especial, 22(2), 269–284. 2016.
MENDES, E.G. Inclusão plena: Igualdade de oportunidades como direito e diversidade como riqueza. Editora WAK. 2017.
MOSCARDINI, Saulo Fantato. Escolarização de alunos com deficiência intelectual em classes comuns e em salas de recursos multifuncionais. 2011. 194 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.
OLIVEIRA, A. S. Adaptações curriculares e práticas pedagógicas inclusivas: Desafios e perspectivas. Editora Educação Inclusiva. 2018.
SOUZA, D.; SILVA, L. Formação de professores e educação inclusiva: Reflexões sobre a prática pedagógica inclusiva na educação básica. Revista Educação Especial, 217-230. 2019.
VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Editora Martins Fontes. 2017.
VOLTOLINI, R. A inclusão é não toda. In: F. A. G. Colli & M. C. Kupfer (Org.). Travessias (p. 149-155). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2005.



CAPÍTULO 5
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Sueli Aparecida da Silva Cunha
PROFEI/UFRR[1]
Rosidelma Pereira Fraga
PPGL-PROFEI/UFRR[2]
Moema Esmeraldo
PPGL-PROFEI/UFRR[3]

1 Professora da Educação Especial no Estado do Amazonas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação inclusiva.
2Poeta. Professora do Curso de Letras, do Mestrado em Letras e Mestrado em Educação Especial da Universidade Federal de Roraima.
3 Professora do Curso de Educação do Campo, do Mestrado em Letras e Mestrado em Educação Inclusiva da Universidade Federal de Roraima.

INTRODUÇÃO

Este texto, produto da pesquisa em andamento, realizada no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima – PROFEI, e vinculada à linha de pesquisa referente à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A pesquisa também está vinculada à segunda linha do grupo de pesquisa Africanidades, literaturas e minorias sociais intitulada: "Fundamentos da literatura e educação inclusiva", liderado pela professora Rosidelma Fraga. Em primeiro momento, este trabalho tem como objetivo primordial investigar práticas pedagógicas de educação especial e educação inclusiva envolvendo alunos com deficiência intelectual – DI.

Neste capítulo, faremos abordagens conceituais e refletiremos sobre aspectos da temática proposta. Sob esse prisma, pensaremos na política de educação numa perspectiva inclusiva e as práticas pedagógicas aplicadas em sala de aula aos estudantes com deficiência intelectual.

Em consequência partiremos metodologicamente de uma pesquisa em andamento que será realizada em uma escola da Rede Estadual de Ensino no município de Parintins – AM com sujeitos da pesquisa que serão três professores, gestor e pedagogo. A pesquisa será norteada pelo método dedutivo; e como tipo de abordagem optamos pela pesquisa qualitativa, para coletarmos os dados utilizaremos como técnicas: a análise documental, observação direta sistemática e entrevistas semiestruturadas.

A ideia desta pesquisa se deu após a revisão narrativa de literatura sobre o objeto de estudo, somada a vivência no cotidiano escolar envolvendo pessoas com deficiências nas escolas públicas do município de Parintins-AM. Percebemos que professores se sentem despreparados para atuarem com alunos com deficiência intelectual – DI e necessitam de cursos de capacitação. Nas produções científicas relacionadas ao tema, professores elencam entraves que dificultam diversificar suas práticas pedagógicas e torná-las inclusivas.



Partindo dessas inquietações, surgiram algumas perguntas de pesquisa. Os questionamentos de pesquisa que orientaram a investigação foram as seguintes: 1) Por que os estudantes com deficiência intelectual não estão realizando as atividades escolares com os outros em sala de aula? As práticas pedagógicas aplicadas pelos professores regentes possibilitam interação dos estudantes com DI na realização das atividades? Antes de adentrarmos nessas questões e possibilidades de respostas ao problema a ser investigado, podemos iniciar com um ponto salutar e começar nossa proposta a partir de alguns conceitos epistemológicos sobre **a educação de pessoas com deficiência**.

5.1 Educação de pessoas com deficiência: algumas reflexões

Podemos asseverar que o processo de implantação do sistema de integração das políticas de inclusão dos alunos da educação especial se torna uma luta, a qual já ultrapassa mais de 25 anos, pois advém da década de 1980 em que se iniciaram as mobilizações em prol da inclusão das pessoas com deficiência e a legalização de seus direitos básicos.

No que tange à inclusão escolar, o movimento ganhou força em 1990, com a Declaração Mundial de Educação para Todos e, com a Declaração de Salamanca, em 1994. Percebemos que ambas defendiam a proposta de democratização do ensino. Tal defesa perpassava na perspectiva de uma educação que fosse acessível a todos e promovesse a inclusão de qualquer indivíduo como podemos analisar no Art. 4º da lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a saber: "I- Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidade como as pessoas e não sofrerá nenhuma discriminação". No Art. 58 da LDB, consta que:

> [...] Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação da Lei nº 12.796, de 2013).

Desse modo, podemos apontar que a educação inclusiva vai além da especificidade da legislação que é garantir o direito de pessoas com deficiência serem matriculadas nas escolas da rede pública. Ser matriculado não constitui inclusão. Quando a escola repensa seu projeto político pedagógico, realiza adaptação curricular, promove atividades ao nível e condições da pessoa com deficiência para que se sinta plena e como parte do processo de ensino aprendizagem.

Para a especialista Jansileia Nogueira em "Letramento e Educação Especial", o movimento de inclusão expandiu-se ao longo dos quarenta anos com a mobilização em favor das pessoas com deficiência e em decorrência da legalização de seus direitos. Nogueira e Furtado (2022, p.112) afirmam:

> No que tange à inclusão escolar, o movimento ganhou força em 1990, com a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, em 1994. Ambas defendiam a democratização do ensino, que ele fosse acessível a todos; e promovesse a inclusão de todo e qualquer indivíduo.

Neste sentido, o movimento da inclusão tem seu início em 1990, mas as lutas foram e devem se fortalecer com as políticas públicas, com pesquisas e pessoas envolvidas na causa. Percebe-se que a lei favorece a diversidade considerando que todos os alunos podem possuir necessidades especiais durante a sua vida escolar. E pelo fato de a Educação ser um direito de todos, torna-se imprescindível a orientação no sentido "do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado". Nessa perspectiva, entende-se que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) garante que seu objetivo de criação foi o de certificar e oferecer, em situações de equidade "o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (Brasil, 2015, p.1).

Em vista desses direitos e garantias, o estudo que realizamos como pesquisa de mestrado já se constitui como um



dos pontos de partida na escola envolvida, pois se refere a possibilidade de criar mecanismos para auxiliar no entendimento das causas de minorias sociais como propõe a pesquisadora Rosidelma Fraga (2022) na obra Africanidades, literaturas e minorias sociais, oriundo da linha do mesmo grupo intitulada Fundamentos de Educação Inclusiva. Entendemos que nossa tarefa consiste em ajudar os profissionais da educação especial e inclusiva a oferecerem aos alunos inseridos na neuroplasticidade. O que vem a ser a neuroplasticidade? Trata-se de um forma de pessoas com Transtorno do Espectro Autista desenvolverem e ao mesmo tempo aperfeiçoarem capacidades por meio de experiências cognitivas, considerando que além de o Espectro ser amplo, cada pessoa desenvolve habilidades em seu nível intelectual, assim como aquelas com deficiência intelectual podem ter aprendizagem com menos rapidez, mas possuem habilidades intelectuais que vão além do saber ler e escrever, a exemplo disso, no uso de tecnologias. Passaremos a seguir a discorrer sobre as deficiências mais encontradas na escola in loco.

5.2 As deficiências mais presentes no local da pesquisa

Nesta seção explicitaremos a diversidade de deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, distúrbios e outros deficit que impactam direta ou indiretamente na aprendizagem nas escolas se não houver planejamento adequado para educação especial e educação inclusiva.

Conforme apresentado pela Revista Exame, aproximadamente 72% das escolas pesquisadas, apontam que as escolas atendem quatro ou mais condições, onde as mais comuns são deficiência intelectual, presente em 88% das escolas, e física, em 63%. Em termos conceituais, temos a deficiência intelectual que por sua vez se caracteriza por meio do funcionamento cognitivo abaixo da média esperada ou abaixo na normalidade e conforme os níveis a tendência é que a idade mental de uma pessoa com DI tendo a idade cronológica de 17 anos seja 12 anos a menos a depender dos

estímulos e do grau (leve, moderado, grave ou severo).

Quanto à deficiência física, entende-se como aquela que altera completa ou parcialmente um ou mais segmentos do corpo, pode reduzir a mobilidade e afeta a coordenação motora, mas não tem comprometimento com o cognitivo na maioria dos casos, algumas pessoas com tal deficiência pode ter distúrbios na fala, na audição em diferentes graus.

O transtorno do espectro autista (TEA) se trata de um distúrbio do neurodesenvolvimento em diferentes níveis podendo ser associado a deficiência mental. No entanto, como o Espectro é amplo, muitos não se dão conta que alguns alunos com autismo possuem a inteligência acima da média, podendo alguns ter altas habilidade, superdotação e ter hiperfoco, o que leva a ser competente em uma área específica e em outras áreas que não são de seu interesse não tem rendimento. Ressaltamos que dentro do TEA ainda há os comportamentos repetitivos e estereotipados com interesses restritos e seletividade alimentar, hipersensibilidade nos cinco sentidos, dependendo de cada pessoa e seu quadro na neurodiversidade. A propósito, recomendamos a obra 'O cérebro do autista' para professores compreenderem como lidar com a mente de pessoas com TEA.

Outra deficiência encontrada na escola é a múltipla. Compreendemos como múltipla a deficiência em que se incidem duas ou mais deficiências, tais como intelectual e física, entre outras combinadas.

A deficiência visual, registrada na escola, se trata da perda parcial ou total da visão. Conforme Elizabet de Sá, Izilda de Campos e Myriam Silva (2007) em Deficiência visual, no capítulo "Inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão", na obra Atendimento Educacional Especializado para pessoa com deficiência visual:

> A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais funções elementares da visão que afeta a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou



> posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdocegueira) ou a outras deficiências (Sá, Campos; Silva, 2007, p. 15).

De acordo com as autoras supracitadas, algumas pessoas cegas "congênitas podem manifestar maneirismos, ecolalia e comportamentos estereotipados. Isso porque a falta da visão compromete a imitação e deixa um vazio a ser preenchido com outras modalidades de percepção".

Podemos citar a deficiência auditiva entendida como perda parcial ou total da audição que pode ter causas genéticas, lesão na orelha ou em estruturas do aparelho auditivo. A deficiência auditiva moderada se insere na incapacidade de ouvir sons com menor intensidade de 50 decibéis, mas pode ser auxiliada com o uso de aparelhos auditivos e terapias. Ao passo que a de grau mais avançado necessita de maior apoio para a sua inserção na aprendizagem escolar.

5.3 Educação especial versus educação inclusiva e seu público

Assevera-se que educação especial e inclusiva possuem diferenças em suas modalidades de ensino em relação a seus objetivos. Enquanto a educação especial, definida pela **Lei** nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como "educação especial é aquela capaz de tornar acessível o ensino para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais por alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou superdotação com integração na educação regular; a educação inclusiva é aquela capaz de proporcionar acolhimento das diferenças. Além disso, todos os alunos são incluídos, sem distinção, contemplando diversidades socioculturais, étnicas, de gênero, intelectuais, entre outras.

A escola responsável pela educação especial e inclusiva costuma entender que os alunos público-alvo da educação

especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Ou seja,

> I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
> II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
> III – Alunos com altas habilidades/superdotação: que apresentam um potencial elevado e envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Brasil, 2009, p.1).

Ressalta-se que pesquisas ao longo dos tempos têm direcionado a inclusão pela perspectiva da adaptação escolar de pessoas com deficiência. À escola cabe a criação de projetos e planejamentos que promova o ensino com interação a fim de proporcionar experiências a partir das habilidades que cada pessoa com deficiência possui atendendo, por excelência, às suas particularidades, uma vez que o diagnóstico não ensina o professor técnicas e metodologias de ensino. O laudo é um documento para garantir os direitos da pessoa com deficiência. Porém, não define e nem limita o aluno, que é um ser pensante e capaz como qualquer outro.

Em nossa pesquisa, podemos dizer que, o descrédito em uma escola que abarque a diversidade persiste. É assaz recorrente a resistência do corpo docente quando se trata de mudar para incluir, porque muitos estão em velhos métodos, inseridos em uma caixa ou uma bolha. Não é estranho ouvir professor dizendo: "não estou preparado", "na minha graduação não teve disciplina de educação especial". Entretanto, pretendemos defender na pesquisa e na prática que tais falas



evidenciam que “uma política de formação de professores, é um dos pilares para a construção da inclusão escolar [...]” (Mendes, 2004, p. 227). Acreditamos que a pesquisa poderá proporcionar novos conhecimentos a fim de levar professores a reformularem suas práticas pedagógicas.

Nesta perspectiva, entendemos a prática pedagógica como um ato social que permite a participação segura e consciente para as transformações da educação, de modo a respeitar a realidade de cada pessoa com deficiência intelectual ou outras deficiências, sejam elas quaisquer, pois segundo Caldeira (1977), a prática pedagógica é construída no cotidiano escolar com cada ação docente e com as práticas criativas do professor.

Neste âmbito, o professor precisa compreender sobre suas práticas que não podem ser mecânicas e desvinculadas da realidade individual da pessoa com deficiência. E para que isso não se efetive, precisa criar estratégias que torne as aulas dinâmicas possibilitando a aprendizagem em conjunto e não um ensino em que a pessoa com deficiência permaneça isolada dos alunos neurotípicos.

Outro ponto a se considerar nesta proposta de educação especial na perspectiva inclusiva se refere ao pensamento de que a escola deve cumprir com a exigência legal disposta na Lei 9.394/96 construindo o Projeto Político Pedagógico – PPP. E para além deste aspecto do cumprimento da legalidade, podemos citar a relação de confiança que o professor deve construir com este público visando atender às particularidades da diversidade presente nas salas de aulas. Diante dos desafios existentes e para que as escolas se constituam em lugares de pluralidade, sem desconectar da relação de confiabilidade, segurança e afeto que se constroem ao longo do convívio com a pessoa na escola.

Entende-se que a inclusão de pessoas com Deficiência Intelectual - DI no ensino regular são conquistas de movimentos sociais. Suas reinvindicações alavancaram a legalização de direitos relacionados à matrícula, ao acesso e à permanência das pessoas com deficiências nas escolas de

ensino regular. Ou seja, a inclusão vai além da garantia da matrícula. Matricular é um dever. Incluir é um processo de dignidade da pessoa com deficiência ter condições de igualdade de aprendizagem. Desse modo, é na escola acolhedora que as práticas pedagógicas devem ser constituídas, por meio de uma ferramenta para proporcionar a efetiva interação e inclusão dos estudantes com DI.

No atual cenário educacional brasileiro e em nosso caso, no estado do Amazonas, notamos que as escolas recebem crianças com seu processo de desenvolvimento cognitivo aquém dos estágios estabelecidos pela teoria de Piaget, algumas delas apresentam o laudo de Deficiência Intelectual – DI e outras chegam à escola com deficit de aprendizagem que se assemelham à DI. Com isso, passamos a questionar o que é Deficiência Intelectual? Asseveramos que conforme a Associação Americana de Retardo Mental (AAMR, 2006), a deficiência intelectual possui algumas limitações que implicam no funcionamento cognitivo dos indivíduos com nível intelectual abaixo da média. Muitas vezes pode estar associada a limitações em duas ou mais áreas de condutas adaptativas como: "comunicação, autocuidado, vida no lar, habilidades sociais, desempenho na comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, habilidades acadêmicas funcionais, lazer e trabalho". (AAMR, 2006, sd, p.12).

Percebemos que documentos educacionais utilizam o termo deficiência intelectual, o qual em laudos aparecem como Retardo Mental, Deficiência Mental, e preferimos aqui a DI, pois na prática notamos que a concepção de retardo mental gerou comentários pejorativos e preconceituosos dependendo da forma como a pessoa se dirige a outra pessoa com conotações sociais negativas. Por décadas, pessoas com deficiência/retardo mental foram marcadas por insultos ou apelidos discriminatórios em todos os lugares ainda que indiretamente. Nas redes sociais, utilizam retardo mental para políticos que não pensam ou são atrasados. Estes usos podem ter contribuído para a substituição por expressões como deficiência mental ou deficiência intelectual. Conforme



Lanna Júnior (2010, p.24) "a expressão 'deficiência intelectual'" significa que há um deficit no funcionamento do intelecto, mas não da mente. [...] foi introduzida oficialmente em 1995, pela ONU [...]".

A despeito da educação especial e inclusiva, consideramos que elas correspondem às diversas abordagens educacionais que visam atender às necessidades de todos os alunos. Essas necessidades incluem pessoas com deficiências diversas e pessoas com necessidades educacionais especiais que não se enquadram dentro da deficiência, mas que apresentam demandas, tais como TDAH, Dislexia, Altas Habilidades, superdotação, entre outras. Citamos cinco principais pontos a se pensar na perspectiva de uma educação inclusiva: diversidade acolhida, ambientes inclusivos, aprendizado colaborativo, adaptações curriculares e professores capacitados dessas necessidades.

Insta pensar que na diversidade acolhida a educação inclusiva promove a participação dos alunos, independentemente das dificuldades, habilidades, deficiências ou origens culturais. No que concerne aos ambientes inclusivos, ressaltamos que as escolas e salas de aula precisam projetar todas as necessidades de modo a proporcionar oportunidades de aprendizagem de forma igualitária. Em se tratando do aprendizado colaborativo, temos alunos incentivados a trabalhar em conjunto, a fim de promover a compreensão, empatia e respeito pelas diferenças. No quarto item, temos as adaptações curriculares que são de responsabilidades dos professores de cada disciplina adaptar o currículo para atender às necessidades de demandas individuais dos alunos, rompendo com a segregação. Ora, mas para que tudo isso aconteça, não podemos nos esquecer que há a necessidade de professores capacitados, isto é, os educadores precisam ser treinados para trabalhar com a diversidade e implementar estratégias inclusivas em práticas pedagógicas. Entendemos que as práticas pedagógicas de inclusão são processos de letramentos. E o que entendemos por letramento na educação inclusiva?

Conforme Tfouni (2009, p.30) o letramento no Brasil surgiu da "necessidade de se começar a falar em letramento, da tomada de consciência que se deu, entre os linguistas que havia alguma coisa além da alfabetização, que era mais ampla, e até determinante desta". E esta necessidade podemos aplicar ao letramento da educação especial. Precisamos sair de caixinhas e estudar, ler textos sobre as diversas deficiências, práticas de ensino com este público; precisamos colaborar para uma educação que possibilite a aprendizagem. Dizer que não foi formado para isso denota comodismo. Buscar conhecer sobre a neurodiversidade e as demandas individuais para reelaboração do currículo é uma tarefa que deve fazer parte da atividade docente.

5.4 Letramento no uso das tecnologias para inclusão de pessoas com deficiência intelectual

Em relação ao **letramento sobre a inclusão de pessoas com deficiência intelectual**, focaremos em algumas práticas de inclusão para essa especificidade a seguir.

Comecemos pelo acesso à educação inclusiva. A escola deve garantir às pessoas com deficiência intelectual o acesso à educação em ambiente inclusivos na escola regular, porém precisa respeitar que o tempo da pessoa com DI não é o mesmo tempo de uma outra pessoa sem deficiência ou transtornos. E a aprendizagem deve ser medida conforme o grau da deficiência e o nível cognitivo de cada pessoa. As adaptações curriculares e o apoio individualizado são relevantes para conhecer a especificidade de cada pessoa DI, mas não é apenas o caminhão para a alfabetização ou ensinar as disciplinas de cada professor.

Neste sentido, pode-se citar o apoio personalizado que significa oferecer tutores e assistentes de sala que não são os mesmos que cuidadores. Professores auxiliares são responsáveis para ajudar os alunos com deficiência intelectual a enfrentar alguns desafios acadêmicos e a desenvolver ou potencializar suas habilidades, mas há dois pontos a se registrar: professor auxiliar não é o responsável pelo plano



individualizado que deve ser pensado com o professor titular e pensado com apoio do professor de AEE; e ainda o professor auxiliar não é aquele que copia a atividade do quadro para o aluno que ainda não sabe ler e escrever. Entendemos que ler é um processo que vai além de codificar as letras e as palavras no quadro. Muitas atividades adaptadas ao nível cognitivo da pessoa com deficiência produz mais efeito de sentido que as letras no caderno sem sentido algum para este aluno com DI.

E o que é preciso fazer para garantir isso? Primeiro, promover treinamento ou capacitação de professores e equipe escolar em inclusão e estratégias de ensino para alunos dom deficiência intelectual. Além da capacitação, citarmos como exemplo de educação inclusiva as instalações educacionais próprias ambientes acessíveis, não somente para promover um ambiente escolar de aprendizagem acessível, mas também para proporcionar à pessoa com DI a compreensão de empatia entre os alunos para que haja o respeito pelas diferenças e integração dos alunos nos eventos escolares.

Outro aspecto em se tratando do público com DI é a busca pela transição da pessoa com deficiência para o avanço da idade cognitiva. A escola não pode repetir a infantilização, mas tratá-la com olhos para a autonomia e oferecer oportunidades para que demonstre habilidades intelectuais no processo educacional, sem subestimar a capacidade de letramentos, pois uma das características da pessoa com deficiência intelectual é utilizar a letra bastão e ter um tempo longo para compreender letras cursivas, além da coordenação motora prejudicada. E o que pode ser feito? Oferecer tecnologias assistivas e recursos digitais para uma aprendizagem acessível, pois alunos com DI tem maior habilidade com tecnologias e acima dos alunos sem deficiência.

De acordo com o que defendemos sobre a **tecnologia assistiva**, compreendemos que é um dos meios de acessibilidade tecnológica que poderá tornar o aprendizado e a comunicação mais acessível para este público com DI. Sob

esse prisma, as práticas digitais devem ser vistas na escola como oportunidades iguais de aprendizado, desenvolvimento de modo que a inclusão seja para todos, isso porque a escola não pode ser um apartheid para pessoas com deficiência intelectual e nem ser uma escola que oprima as potencialidades. A educação precisa ser libertadora a exemplo de Paulo Freire. É neste contexto que pensamos na revolução das tecnologias como eixo central para a educação especial.

Insta afirmar que o uso das tecnologias digitais como proposta de letramento na educação especial é um meio revolucionário, pois a maneira como os alunos com deficiência intelectual desenvolvem a aprendizagem pode ser um caminho para personalização do ensino, com intuito de promover a inclusão e melhorar o acesso ao currículo escolar.

As tecnologias digitais são portas de criação de programas e recursos de ensino personalizado que busca atender às especificidades de cada aluno. Neste ínterim está a acessibilidade tecnológica, posto que tecnologias digitais são projetadas com recursos acoplados como: comandos de voz, leitores digitais, legendas e isso permite que o conteúdo escolar do currículo se torne mais acessível para a sala de aula e contempla as deficiências visuais, auditivas e motoras.

Ainda temos a aprendizagem multissensorial que tratam das tecnologias digitais que permitem a criação de experiências de aprendizado multissensorial. Ela envolve a visão, audição e o tato permitindo, sobretudo, um caminho para alunos com deficiências intelectuais ou até mesmo autismo. A aprendizagem multissensorial pode auxiliar na retenção de conceitos e compreensão. De igual modo, há outra forma tecnológica de aprendizado online. Essa, propicia na educação especial uma amplitude de recursos interativos e materiais para ensino/aprendizagem. O aprendizado online dá a possibilidade de a pessoa com DI acessar conteúdo dentro de seu próprio ritmo. A utilização das tecnologias digitais, consegue abrir as portas da inclusão social, pois dá condições para que alunos com deficiência possam se comunicar uns com os outros por meios de atividades educacionais e



afetivas no processo ensino-aprendizagem.

Como proposta de atividades curriculares adaptadas com o uso das tecnologias, Vitor Malaggi; Karina Marcon; Roselaine Ripa (2020, p.88) apontam possibilidades com o uso do google, como a **galeria de arte virtual** com o "Padlet enquanto espaço para criação de uma galeria de arte virtual?":

> Por exemplo, um docente da Educação Infantil ou Anos Iniciais, Ensino Fundamental poderia engajar seus estudantes no processo de (re)criação de obras de artes famosas, utilizando formas geométricas. O desafio seria ressignificar pinturas por meio de quadrados, triângulos e círculos. Uma variação deste projeto seria "pintar" a realidade do bairro, por exemplo, registrada via foto, por meio de formas geométricas. Aliás, uma maneira divertida de brincar de pintar com formas geométricas está na apropriação do Google Drawing.

A adaptação curricular utilizando as ferramentas digitais, conforme defendido neste capítulo, é um caminho para a inclusão. Os autores defenderam que ao utilizar desenhos, o professor deve considerar explorar imagens. Uma sugestão apontada é a seleção de imagem para o Google Drawings. A partir disso, o professor pode explorar o uso de linhas e formas geométricas e solicitar desenhos da turma e com isso ocorre a exploração da criatividade no uso das tecnologias, o trabalho interdisciplinar com formas geométricas, artes e escrita, além de ser uma oportunidade para a comunicação visual e com isso as pessoas com deficiência intelectual teriam um ganho de aprendizagem e interação. Recomendamos a leitura da obra Tecnologias digitais de rede na Educação Infantil: usos e potencialidades pedagógicas, como sugestão de adaptação curricular na perspectiva da BNCC e inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

À guisa de conclusão

Em epílogo, neste capítulo, concentramos nosso olhar para refletirmos sobre os conceitos de educação especial

e inclusão, bem como compreender suas diferenças e semelhanças, buscando os saberes necessários para um processo inclusivo com vista para o uso do letramento digital. Com isso, inferimos com base em Jenkins que "[...] formas de educação e letramento midiático que auxiliem as crianças a desenvolver as habilidades necessárias para se tornarem participantes plenos de sua cultura" (Jenkins, 2009, p. 331). Desta forma, os fatos explicitados, contribuíram para concluir que apesar da luta e resistência, a educação inclusiva e especial tem se constituído como avanços de movimentos advindos das pessoas com deficiência e outros transtornos globais do desenvolvimento no contexto familiar.

Neste capítulo, refletimos sobre concepções de educação especial na perspectiva inclusiva envolvendo tecnologias e alguns aspectos da legislação da pessoa com deficiência. Frente aos pressupostos teóricos e nossas defesas na área supracitada, concluímos que um processo inclusivo com sucesso necessita não somente de capacitação de educadores e equipe escolas, mas de esforço e reconhecimento de todos, integrando as pessoas com deficiência, a fim de garantir os direitos da pessoa com deficiência e, sobretudo para que o ensino seja humanitário, digno e por relação de afeto. Estar afetado pela causa significa vestir a camisa da inclusão na prática pedagógica. E o que é preciso fazer para garantir isso? Além de todas as abordagens, defendemos que se torna mister proporcionar à pessoa com DI a compreensão de empatia entre os alunos para que haja o respeito pelas diferenças, participação dos alunos em todas as atividades escolares e eventos, além da palavrinha "socialização" que virou moda para justificar a falta de elaboração de plano educacional individualizado e de adaptação curricular do professor, responsável pela inclusão na sala de aula, como se observa, em escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE RETARDO MENTAL. Retardo mental: definição, classificação, e sistemas de apoio. 10ª ed.

(trad. Magda F. Lopes). Editora: ARTMED, Porto alegre, 2006.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC; SEESP, 2001. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso: 22 jul. 2020.
BUENO, J. C. Crianças com necessidades educacionais especiais política educacional e a formação de professores. Revista Brasileira de Educação, v. 3, n. 5, 2010.
FRAGA, R. Africanidades, literaturas e minorias sociais. V. Prudente, C. Wankler (org.). 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.253 p.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.p.1-10.
JENKINS, H. Cultura da convergência. Trad. Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
LANNA JÚNIOR. M. C. M. (Comp). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443P.
MALAGGI, V., MARCON, K. RIPA, R. Tecnologias digitais de rede na Educação Infantil: usos e potencialidades pedagógicas. Revista. Educação à Distância. Florianópolis CEAD/ UDESC e UAB 2020.
MENDES, E. G. Construindo um "lócus" de pesquisas sobre inclusão escolar. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, p.221-230, 2004
NOGUEIRA, J. FURTADO, R. Letramento e Educação Especial: uma simbiose imprescindível na aprendizagem das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. In: FRAGA, R. Africanidades, literaturas e minorias sociais . V. Prudente, C. Wankler (org.). 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.253 p.
SÁ, E. D., CAMPOS I. M. de; SILVA, M. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual. MEC, Brasília, 2007
SOARES DUQUE, R. de C. Educação Especial Na Perspectiva Inclusiva Para Além do Diagnostico. Educação transversal edições. Vitoria-ES. 2023

POSFÁCIO

A busca incessante por uma educação verdadeiramente inclusiva e especial é uma jornada contínua, cheia de desafios e descobertas. Ao desvendarmos as páginas deste livro, percorremos juntos um caminho iluminado por reflexões, análises e propostas, mergulhando nas profundezas do universo educacional contemporâneo e trazendo à tona as nuances que definem a essência da inclusão.

Ao explorar os pilares da educação especial, as maravilhas das salas de recursos multifuncionais, o papel vital do Atendimento Educacional Especializado e a revolução trazida pelas estratégias tecnológicas, torna-se evidente a metamorfose que a educação enfrenta no presente.

Não é apenas um livro. É um manifesto, uma declaração da potencialidade inerente à educação que reconhece, valoriza e celebra a diversidade.

Além do mais, este compêndio é uma convocação. Convida cada leitor a ser agente ativo nesta transformação, a ir além das páginas escritas e a se tornar um protagonista na construção de um ambiente educacional que transcende barreiras, desafie paradigmas e celebre a pluralidade humana

Concluir a leitura deste livro não é um final, mas sim o início de um compromisso. Um compromisso com uma educação que se redimensiona, que se reinventa, que se torna cada vez mais inclusiva, especial e, sobretudo, humana. É um chamado à ação, à reflexão e, principalmente, à participação ativa na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Que este posfácio não seja um adeus, mas um convite renovado à reflexão e ação. Que a chama da inclusão, agora acesa em seu coração, irradie luz e inspiração, transformando cada desafio em oportunidade, cada dúvida em descoberta e cada aluno em um ser humano pleno, reconhecido e valorizado em sua totalidade.

Rita de Cássia Soares Duque



CONCEITOS, ESTRATÉGIAS E TECNOLOGIAS: RUMO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ORGANIZADORES

RITA DE CÁSSIA SOARES DUQUE

PAULO HENRIQUE FILHO

FERNANDO LUIZ CAS DE OLIVEIRA FILHO

ANA LÚCIA GOMES MARAVALHAS

TIAGO FERNANDO HANSEL

ALEXSSANDER GONÇALVES DE LIMA

ROSIDELMA PEREIRA FRAGA

MOEMA DE SOUZA ESMERALDO

ELIÉDNA APARECIDA ROCHA DE OLIVEIRA



RITA DE CÁSSIA SOARES DUQUE

MESTRA EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDAD MARTIN LUTERO (UML)

E-MAIL: CASSIADUQUE@HOTMAIL.COM

LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/0007980663204911

ORCID: HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-5225-3603



Paulo Henrique Filho

Mestrando em Educação

Universidade Federal de Catalão

E-mail: paulofilho7589@gmail.com

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2664157223108467

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9702-4505



FERNANDO LUIZ CAS DE OLIVEIRA FILHO

MESTRE EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA E CENTRO UNIVERSITÁRIO GRAN

CONTATOS:

E-MAIL: FCAS@ID.UFF.BR

LATTES:HTTPS://LATTES.CNPQ.BR/3803248523375995

ORCID: HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-2284-2340



ANA LÚCIA GOMES MARAVALHAS

Mestra em Tecnologia

Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/RJ

Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica,

Neurociências, Psicopedagogia,

em Supervisão Escolar -

Contatos:

E-mail: algmead@gmail.com

https://lattes.cnpq.br/7800977933006854

https://orcid.org/0009-0008-0000-1499



TIAGO FERNANDO HANSEL

PÓS-DOUTORANDO EM ADMINISTRAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CONTATOS:

TIAGOHANSEL@HOTMAIL.COM

HTTP://LATTES.CNPQ.BR/7630848762014453

HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-9160-842X



ALEXSSANDER GONÇALVES DE LIMA

MESTRE EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

CONTATOS:

ALEXSSANDER.LIMA@EDUCACAO.MG.GOV.BR

HTTP://LATTES.CNPQ.BR/6346432753331833

ORCID: HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-5267-7641



MOEMA DE SOUZA ESMERALDO
DOUTORA EM LETRAS
DOCENTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONTATOS:
MOEMA.ESMERALDO@UFRR.BR
HTTP://LATTES.CNPQ.BR/7945544011063133
HTTPS://ORCID.ORG/ 0000-0001-5626-1267



ROSIDELMA PEREIRA FRAGA

PÓS-DOUTORA EM CULTURA CONTEMPORÂNEA

UNIVERSIDADE FEDERAL RIO DE JANEIRO

DOCENTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

CONTATOS:

E-MAIL ROSIDELMAPOETA@YAHOO.COM.BR

LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/5017383387520947

ORCID://ORCID.ORG/0000000281681738



ELIEDNA APARECIDA ROCHA DE OLIVEIRA

Pós graduação: Educação Inclusiva e Especial

Nova Mutum-MT

contato:

E-mail: eliedna.oliveira@edu.mt.gov.br

Lattes:http://lattes.cnpq.br/0696001599014134

Orcid: htttps://orcid.org/0000-0002-2207-3775



CONCEITOS, ESTRATÉGIAS, TECNOLOGIAS

Rumo à educação inclusiva



Rita de Cássia Soares Duque
Paulo Henrique Filho
Fernando Luiz Cas de Oliveira Filho
Ana Lúcia Gomes Maravalhas
Tiago Fernando Hansel
Alexssander Gonçalves de Lima
Rosidelma Pereira Fraga
Moema de Souza Esmeraldo
Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira
ORGANIZADORES

Editora